

LIBRO II

POLÍTICAS SOCIAIS NO EIXO ATLÁNTICO

A política social e a qualidade dos equipamentos urbanos

Xan M. Bouzada Fernández

Coordenador

Índice

Capítulo 1

As políticas culturais municipais no sistema de cidades do Eixo Atlántico.

Xan M. Bouzada Fernández 1

Capítulo 2

Educación e cidadanía na Eurorexión.

Ana Paula Pereira Marques..... 87

Capítulo 3

A Igualdade de oportunidades na perspectiva de xénero.

a) Servizos sociais para a igualdade nas cidades da Eurorexión.

Ana Paula Pereira Marques, M^a Rita Moreira, Carlos Veiga Veloso..... 151

b) A igualdade de oportunidades na perspectiva de xénero.

María do Pilar González 191

Capítulo 4

O asociativismo na Eurorexión Galicia-Norte de Portugal.

Carlos Veiga Veloso 225

Capítulo 5

A saúde nas cidades do Eixo Atlántico.

Isauro Gómez Tato 297

Capítulo 6

A xestión pública nas administracións locais de Galicia e Norte de Portugal.

Enrique J. Varela Alvarez..... 347

CAPÍTULO 2

EDUCAÇÃO E CIDADANIA NA EURO-REGIÃO

Ana Paula Pereira Marques

Universidade do Minho

1. Educação, Sociedade do Conhecimento e competitividade.

No cruzamento da política e da educação, domínios autónomos, mas em progressiva cooperação, a União Europeia (UE) tem vindo a definir linhas estratégicas que visam reforçar as perspectivas de crescimento e de sustentação do seu modelo social, com inegáveis repercussões nas políticas nacionais e locais, em particular na concretização de “cidades educativas”. Além de uma maior complexidade do Mercado Único Europeu de uma Europa com 25 Estados-Membros (2004), explicável, em grande medida pelo aumento do número de fronteiras, há, igualmente, que considerar a heterogeneidade interna, fruto de diferentes realidades urbanas sócio-educativas, culturais, económicas e institucionais, entre outras.

A flexibilidade da economia europeia, associada a políticas de cariz liberal, tem permitido um crescimento desigual dos seus Estados-Membros, acentuando-se ainda mais as dificuldades de constituir um espaço económico e inovador tão competitivo como os EUA e o Japão. A Europa debate-se com fenómenos que persistem, tais como: baixos ritmos de produtividade e de crescimento económico, insuficientes inovação e investimento no conhecimento, em particular nas tecnologias de informação e de comunicação (TIC), elevada taxa de desemprego estrutural e generalização de práticas de desregulamentação laboral, acompanhada por uma crescente vulnerabilidade sócio-económica de diferentes grupos sociais.

Por sua vez, os reptos lançados na emergência e consolidação do que hoje se designa como “Sociedade de Informação” (Lyon, 1991) pressupõem a concepção de políticas no sentido de uma “Europa do

Conhecimento” (eEuropa, 2002) adequadas às diferentes dinâmicas sócio-culturais e territoriais emergentes. A transição para uma economia da “era digital”, do “conhecimento”, do “imaterial”, por oposição à “economia de massa”, prevalente até à década de 70 do século XX, impõe que se orientem as mudanças em curso.

Com efeito, sabe-se que existe uma relação crucial entre a educação e o perfil de competitividade dos países e a qualidade de vida dos cidadãos, sendo a educação um critério decisivo de integração na actual lógica globalizada da Divisão Internacional do Trabalho (DIT). Se cada cidadão estudasse, em média, mais um ano, o crescimento poderia subir até cinco pontos percentuais a curto prazo e mais dois e meio a longo prazo, para além de os cidadãos com um nível de formação mais elevado terem maiores facilidades de acesso ao mercado de trabalho e de aí permanecerem¹. Assim, associado à difusão de tecnologias de informação e de comunicações, são necessários trabalhadores altamente qualificados que trabalhem com os novos sistemas e que sejam consumidores desta cultura digital, o que passa por se realizarem importantes investimentos na formação e no ensino de pessoas de todas as idades. Nesse sentido, a União Europeia definiu o seguinte objectivo estratégico futuro: “Tornar-se na economia baseada no conhecimento mais dinâmica e competitiva do mundo, capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos e com maior coesão social” (Conselho Europeu de Lisboa, 2000).

Neste contexto de transformações estruturais à escala mundial, como conciliar uma Europa mais competitiva, baseada na inovação e no conhecimento, a par de medidas que garantam a coesão social, a igualdade dos cidadãos e o particularismo das culturas e dinâmicas nacionais, regionais e municipais? Como promover a criação de emprego e oportunidades de desenvolvimento económico e mobilidade através da Europa, em articulação com os contributos da ciência e da tecnologia? Os objectivos que orientam, designadamente, as políticas sócio-educativas da União Europeia são elucidativos da pertinência daquelas interrogações e da necessidade de se avançar na concretização de respostas às mesmas.

Desde a década de noventa, em geral, vários países europeus conheceram importantes reformas dos seus sistemas de ensino e de formação profissional. Tais políticas visavam, segundo Azevedo (2000: 23), constituir, simultaneamente, um “movimento reformador de integração e de desespecialização ao nível do secundário”. As iniciativas de redução do leque de especializações, apesar da variabilidade dos contextos nacionais, sustentaram as medidas de criação de “trancos comuns” de formação no primeiro ou nos primeiros anos dos cursos, que integram as várias modalidades e percursos de ensino e de formação de nível secundário. A importância de se ministrar uma formação mais sólida e polivalente, capaz de configurar um leque mais amplo de competências, apresenta-se como a alternativa ao contexto de crescente incerteza económica das sociedades globalizadas.

Por outro lado, a crescente procura social de credenciais de ensino superior tem tido importantes repercussões nas dinâmicas urbanas devido ao aumento de públicos estudantis, à instalação de novas instituições de ensino superior (politécnico e universitário) e à rede de equipamentos e oferta de

¹ Informação disponibilizada no *site* da União Europeia (http://europa.eu.int/pol//educ/overview_pt.htm).

actividades culturais. As recentes iniciativas, neste contexto, de uniformização do espaço universitário dentro da União Europeia, patente na *Declaração de Bolonha* (1999), assinada por Portugal e Espanha, apresentar-se-ão como um movimento de ruptura face a um passado e a práticas históricas, sociais e institucionais que o tem vindo a caracterizar².

A esse nível são exemplares as actividades da União Europeia relacionadas com a Educação, Formação e Juventude, sendo os seus programas mais carismáticos o *Leonardo da Vinci*, o *Sócrates* e o *Erasmus*. O primeiro deles está vocacionado para a promoção de intercâmbios internacionais e projectos transfronteiriços no domínio da formação profissional e aprendizagem ao longo da vida. O subprograma *Erasmus*, ao abrigo do programa *Sócrates*, concede bolsas a estudantes, professores, formadores e investigadores para que se possam deslocar para outras universidades de países europeus. Em 2004, com o novo programa *Erasmus Mundus*, com um orçamento superior a 40 milhões de euros, a União Europeia patrocina cursos de mestrado ministrados por um consórcio de, no mínimo, três universidades de três países europeus. Além destas iniciativas mais conhecidas, outras são desenvolvidas no âmbito do programa *Sócrates* (v.g. *Grundtvig*, *Comenius*, *Língua*, *Minerva*), bem como a promoção da aprendizagem em linha (*e-learning*) e de línguas, em particular a normalização da fórmula “língua-materna + duas línguas” para todos os cidadãos da UE, durante um período mínimo de dois anos. Igualmente, as iniciativas em torno da promoção da cooperação internacional e da cidadania activa entre os jovens enquadram uma concepção da educação em sentido lato.

Poder-se-á considerar que a característica que mais distingue o sistema educativo hoje é a forma como ele utiliza as tecnologias de informação e de comunicação. O projecto eEuropa 2005, definido pela Comissão Europeia, revela-se essencial na sustentação daquelas políticas sócio-educativas. Nesse sentido, já se registaram algumas mudanças entre os diferentes países e regiões³, embora ainda insuficientes, tais como: progressiva diminuição dos custos de acesso à *Internet* (um dos obstáculos inicialmente identificados); em 2002, 93% das escolas tinham acesso à *Internet*, contra 89% em 2001; destas, 64% têm ligações RDIS, enquanto 19% têm acesso em banda larga através da tecnologia ADSL; igualmente, em 2002, havia um computador em linha por cada 17 estudantes, contra 25 em 2001 (Comissão Europeia, 2002). A UE prossegue neste esforço, relançando como prioridades a “administração pública em linha”, o “ensino em linha”, a “saúde em linha” e os “negócios em linha”. O acesso em banda larga generalizado e uma infra-

² Ainda que este processo de convergência dos sistemas de ensino não se encontre isento de dificuldades e de interrogações várias quanto à própria ideia de convergência.

³ Concretamente, a este nível, as sub-regiões mais interiores da Euro-região Galiza e Norte de Portugal (AltoTrás-os-Montes e Ourense) apresentam, pelo menos no que respeita aos meios telefónicos instalados (medidos a partir do número de linhas de comunicação), uma situação mais favorável comparativamente ao que se verifica nas sub-regiões mais litorais, onde os valores deste indicador se situam abaixo das respectivas médias nacionais. A razão para esta maior implantação relativa de linhas telefónicas em sub-regiões periféricas, para além de residir numa atitude de “auto-defesa” das populações dessas áreas tendo em conta os níveis de isolamento a que estão votadas, sobretudo por via das agrestes condições ambientais, não pode deixar de ser uma repercussão positiva dos efeitos da execução de várias medidas de política tendo em vista o incremento do acesso a serviços de telecomunicações, de que o antigo Programa STAR é paradigma, ainda que a menor dimensão dos agregados familiares e os efeitos da emigração (habitações equipadas, mas sem gente) também acabem por “mascarar” o real valor desta apreciação.

estrutura segura da informação, por um lado, e o desenvolvimento de serviços, aplicações e conteúdos, por outro lado, enquadram o plano de acção para o futuro.

Na verdade, além do património simbólico que várias instituições intergovernamentais (v.g. UE, ONU, UNESCO, OECE/OCDE, FMI) e outras instâncias governamentais (v.g. governos de Espanha e Portugal, Junta da Galiza e Comissão de Desenvolvimento Regional da Região Norte de Portugal) representam no que diz respeito à afirmação da importância da educação no desenvolvimento das nações, não se lhes pode deixar de reconhecer o contributo quer na visibilidade da configuração de novas problemáticas, quer na acumulação de informação substantiva sobre essa temática. Com efeito, nas últimas décadas, tem-se assistido a um esforço de criação de vastas redes de contactos, de financiamento e de permuta de conhecimentos entre os vários actores sociais implicados, desde investigadores a decisores públicos. Esta crescente internacionalização dos sistemas educativos assenta na partilha do referencial em torno da importância da educação para a competitividade económica nacional no contexto da alegada globalização dos Estados-Nação (v.g. *Situação Social na União Europeia* Comissão Europeia; *Labour Force Survey*, Eurostat; *Education at Glance* OCDE).

Justamente, apesar das flutuações que os indicadores recolhidos tendem a sofrer, é possível analisar e avaliar, com alguma consistência, o impacto das políticas e das medidas adoptadas nos últimos cinco ou dez anos na transformação do panorama educativo em termos gerais. Segundo os dados da OCDE (2003), um dos traços relevantes relativamente à década passada reside no esforço de uma maior dotação orçamental para a educação por parte da maioria dos países. A expansão continuada do sistema educativo, com o aumento do número de alunos matriculados em vários níveis, em particular no ensino superior, tem sido acompanhada por uma transformação na composição da população estudantil. Durante a década de noventa, as mulheres ultrapassaram os homens em termos de nível de habilitações: as mulheres jovens têm presentemente maior probabilidade de obterem diplomas universitários, excepto no Japão, na Turquia e na Suíça. Tal não significa, contudo, que não persistam as diferenças entre sexos quanto às opções de formação e de carreira, com os jovens do sexo masculino a preferirem cursos nas áreas da física, matemática e engenharia e as jovens do sexo feminino a optarem pelas ciências sociais e humanas, arte, educação, saúde e segurança social. Em média, nestas últimas áreas dois terços dos diplomados são mulheres, contra menos de um terço nos cursos de matemática e informática e menos de um quarto em engenharia, indústria e construção.

Com efeito, hoje, os desafios colocados aos Estados-Membros e respectivos responsáveis pelas políticas educativas são diversos e complexos. Tal explica-se, justamente, pelas transformações verificadas no papel do Estado, nas estratégias de redução de custos, na descentralização e incentivo à participação da comunidade envolvente, para além de alterações nos currículos e na gestão dos sistemas educativos face à alegada lógica de mercado de cariz produtivista, racionalista e individualista. À não uniformização dos sistemas educativos, que a própria União Europeia não o pretende, contrapõem-se patamares de convergência em torno de questões e problemas comuns aos diferentes níveis e sistemas de ensino e formação profissional, bem como orientações de reforço de iniciativas de parceria e de políticas de cooperação locais, nacionais e internacionais. Nesta sequência, em 2001, a União Europeia apresentou um

documento crucial que define uma abordagem global e coerente das políticas nacionais em matéria da educação, que assenta numa tripla vertente (Comissão Europeia, 2001):

- Aumentar a qualidade e a eficácia dos sistemas de educação e formação;
- Permitir o acesso de todos à educação e à formação “ao longo da vida”;
- Abrir os sistemas de educação e formação ao mundo.
- Até 2010, os objectivos que a UE se propõe atingir são expressivos da importância do investimento na educação e formação dos cidadãos. Nesse sentido, definiu-se um plano de acção concreto a seguir pelos Estados Membros com base num conjunto importante de metas a atingir. Estas são:
 - 85% dos cidadãos com 22 anos de idade devem ter concluído o ensino secundário;
 - Assegurar que não mais de 10% dos cidadãos entre os 18 e os 24 anos abandonem os estudos sem terem concluído o ensino secundário, o ensino profissional ou outro tipo de formação equivalente;
 - Estimular um crescimento de 15% do número de total de licenciados nas áreas das matemáticas, ciência e tecnologia e diminuir o desequilíbrio entre os sexos;
 - A percentagem de jovens de 15 anos com baixo aproveitamento em literacia deverá ter diminuído pelo menos 20% em comparação com os níveis registados em 2000;
 - O nível médio de participação na aprendizagem ao longo da vida dos cidadãos com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos deve equivaler a pelo menos 12,5%;
 - Favorecer a formação de chefes de empresas e de trabalhadores independentes.

De um modo geral, estas metas constituirão uma oportunidade crucial para concertar políticas sócio-educativas e modos de intervenção específicos de cada Câmara Municipal em articulação inter-ministerial alargada e global. Assim, a crescente participação municipal na educação, impulsionada por um quadro legislativo adequado, constitui uma das condições fundamentais no cumprimento daqueles propósitos educativos.

Um das iniciativas que a UE tem vindo a desenvolver desde o início dos anos noventa consiste no incentivo à cooperação transeuropeia, destinada a promover o desenvolvimento harmonioso e equilibrado do território europeu (INTERREG). Os apoios financeiros têm sido consagrados, essencialmente, à promoção da formulação de respostas comuns nos domínios do desenvolvimento de pequenas e médias empresas (PME), da educação, formação e intercâmbios culturais, dos problemas de saúde nas zonas fronteiriças, da protecção e melhoria do ambiente, de investigação e desenvolvimento tecnológico (IDT),

das redes energéticas e dos transportes e telecomunicações, bem como ao fomento de sistemas de gestão conjunta de organismos transfronteiriços e transnacionais.

A actual fase dessa iniciativa - INTERREG III (QCA, 2000) - prossegue os objectivos originais, nomeadamente, combater o isolamento das zonas fronteiriças ao nível económico, social e cultural, e reforçar as políticas nacionais relativas às zonas fronteiriças. Em concreto, visa-se promover financeiramente o desenvolvimento regional integrado entre regiões fronteiriças vizinhas, incluindo fronteiras externas e certas fronteiras marítimas (vertente A); a integração territorial equilibrada em toda a Comunidade (vertente B); o melhoramento das políticas e técnicas de desenvolvimento regional e coesão mediante uma acção de cooperação inter-regional (vertente C). Portanto, pretende-se aproveitar as experiências positivas já existentes e consolidar as estruturas de cooperação que permitam: *i)* criar postos de trabalho; *ii)* melhorar a competitividade das zonas abrangidas; *iii)* formular e introduzir políticas de desenvolvimento sustentável; *iv)* fomentar a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.

Desde modo, iremos inventariar um conjunto de traços relevantes no que diz respeito às políticas educativas, simultaneamente comuns e divergentes, na caracterização da Euro-região. Apresentar-se-ão os principais indicadores da qualidade e eficácia dos sistemas educativos e formativos respectivos, os programas e iniciativas desenvolvidos para promover a aprendizagem ao longo da vida e as estratégias de abertura dos sistemas educativos e formativos ao meio envolvente.

A par de medidas que garantam a coesão social, a igualdade dos cidadãos e o particularismo das culturas e dinâmicas nacionais, importa analisar os principais problemas e dificuldades que persistem e que explicam as assimetrias regionais e sócio-económicas. Estes estão patentes no desigual acesso aos níveis educativos, na insuficiente inovação e investimento no conhecimento, em particular nas tecnologias de informação e de comunicação, na elevada taxa de abandono escolar que se interliga com um outro problema crucial: o do desemprego juvenil.

Ao longo de todo o capítulo tivemos presente a dificuldade de obtenção de informação qualitativa em tempo útil e o carácter insuficiente da mesma. Mesmo assim, aprofundámos, na medida do possível, o nosso conhecimento em torno de algumas das cidades, cruzando-o com as informações recolhidas a partir de algumas entrevistas realizadas e da análise mais pormenorizada de certos programas específicos. Nesse sentido, o presente capítulo, dedicado às políticas sócio-educativas, estrutura-se em torno de quatro aspectos centrais.

Um primeiro que se centra na avaliação do impacto daqueles objectivos definidos no quadro da UE, uns mais imediatos e mensuráveis de acordo com os indicadores previstos, outros mediatos e de longo alcance, em particular no contexto da Euro-região (Norte de Portugal e Galiza). Pretende-se aí fazer um balanço das políticas sócio-educativas já implementadas e das iniciativas previstas para o futuro. Destacar-se-ão ora as posições e os objectivos convergentes com a União Europeia, ora as insuficiências e especificidades das dinâmicas educativas do Eixo Atlântico, utilizando, sobretudo, as fontes secundárias disponíveis e a consulta de bases de dados existentes em termos nacionais e internacionais.

Na sequência desta abordagem mais geral, o segundo ponto do capítulo centra-se na análise do impacto das políticas sócio-educativas na rede das cidades do Eixo Atlântico. A realização de um inquérito (administrado via postal ou via e-mail) e de algumas entrevistas e visitas às diferentes Câmaras permitiram-nos completar a informação disponibilizada nas páginas *Web* de cada uma delas, bem como integrar outras informações e esclarecimentos relevantes na área sócio-educativa.

O terceiro ponto permite-nos aprofundar o impacto de certas iniciativas e medidas sócio-educativas levadas a cabo pelas Câmaras. Recorrendo ao estudo de algumas cidades do Eixo-Atlântico (duas do Norte de Portugal e duas da Galiza), avançamos na compreensão das lógicas de acção que animam os diferentes actores sociais implicados.

Dado o intuito de se realizar um diagnóstico, no último ponto deste capítulo apresenta-se uma súmula das principais linhas de força e de debilidade das políticas sócio-educativas identificadas nos pontos precedentes. Pretende-se, igualmente, avançar na enunciação de “janelas de oportunidades” expressas nas boas praticas identificadas que consubstanciam a afirmação estratégica da região do Eixo Atlântico.

2. Dinâmicas educativas na Euro-Região.

A região do Eixo Atlântico constitui um espaço transfronteiriço que abrange as regiões da Galiza, em Espanha, e o Norte de Portugal. Além da reconhecida semelhança dos territórios abrangidos de ambos os lados da fronteira, esta região é constituída por mais de 6 milhões de habitantes⁴ e apresenta-se como um espaço de cooperação e de desenvolvimento no quadro da União Europeia muito relevante. Este espaço transfronteiriço apresenta, porém, assimetrias inter e intra-regionais importantes no que concerne às dinâmicas sócio-educativas.

Uma das primeira informações relevantes prende-se com o “capital demográfico” de ambas as regiões. Com efeito, apesar de apresentar uma população relativamente jovem no contexto da Europa – o que poderá constituir-se como uma das principais oportunidades para o seu desenvolvimento – não podemos deixar de ter presentes as projecções sobre o aumento do *rácio* de dependência dos idosos no contexto da UE para 2010 (pessoas com 65 e mais anos).

A região Norte de Portugal apresenta, ainda que tenuemente, um movimento de inflexão, de acordo com os dados do último Censo. Ou seja, a proporção de jovens (0-14 anos) é de 17,5%, o que representa o valor mais elevado do Continente, enquanto a dos idosos representa, simultaneamente, a mais baixa (14%) (cf. Anexo I: Quadros 1 e 2). Além do agravamento da tendência geral de envelhecimento demográfico, regista-se um aumento do número absoluto de pessoas, resultante do aumento da esperança de média de vida e do incremento da população activa, particularmente do sexo feminino. São, justamente, as regiões do Norte e de Lisboa e Vale do Tejo que concentram a maioria da população em idade activa.

⁴ As regiões organizadas na Euro-região Galiza – Norte de Portugal ocupam uma superfície de 50700Km² com uma população cerca de 6,35 milhões de habitantes e uma densidade de 125 hab/ km², superior à média da União Europeia (118 hab/ km²).

Relativamente a Espanha, e de acordo com o Censo de 2001, a estrutura demográfica da região da Galiza apresenta uma evolução diferente, sendo de registar uma baixa da taxa de natalidade nos últimos anos, por oposição a outras regiões (v.g. Andaluzia, Região de Múrcia, Canárias). Em termos nacionais, de 1991 a 2001 observam-se um decréscimo significativo no número de jovens com menos de 15 anos face ao total da população (14,5% contra 19,4%, respectivamente) e um claro processo de envelhecimento da população (17%) (cf. Anexo I: Quadro 3). Há uma concentração de pessoas com 65 anos e mais, sobretudo nas regiões do interior e norte peninsular, sendo as províncias de Lugo e de Ourense da Galiza as que registam um processo de envelhecimento da população mais acentuado (cf. Anexo I: Quadro 4).

Será neste contexto demográfico diferenciado que iremos analisar as dinâmicas educativas da Euro-região e seus impactos nas políticas municipais. As características dos sistemas educativos português⁵ - *Lei de Bases do Sistema Educativo* (LBSE) (cf. Anexo I: Fig. 1) - e espanhol - *Lei Orgânica General do Sistema Educativo* (LOGSE, 1990)⁶ e, mais recentemente, *Ley Orgánica de Calidad de la Educación* (LOCE) (cf. Anexo I: Fig. 2) - expõem especificidades relacionadas com a posição e as funções do sistema educativo nos contextos nacionais, resultantes de quadros administrativo e político diferenciados.

2.1. Qualidade e eficácia dos sistemas de educação e formação.

2.1.1. Estado da situação.

Perante o diagnosticado “atraso educativo” que caracterizava Portugal na segunda metade da década de oitenta, traduzido no elevado nível de analfabetismo literal no quadro da Comunidade (ainda de 15% em 1988, enquanto a Grécia e a Espanha já se situavam nos 7-9%); nas mais baixas taxas de cobertura, quer da educação pré-escolar, quer da escolaridade obrigatória (3º ciclo do ensino básico) e do secundário, quer ainda do ensino superior; e no mais elevado índice de insucesso escolar no 1º ciclo do ensino básico (entre os 30-40%), a estratégia de desenvolvimento do país passaria, sobretudo, pela valorização do sistema educativo português.

A mudança do panorama do sistema educativo português foi possibilitada e concretizada, em grande medida, pelos contributos comunitários através dos Fundos Estruturais - FEDER e FSE, designadamente do contributo dos (sub)programas operacionais PRODEP I, II (Programa Operacional da Educação) e do PRODEP III, actualmente em vigor (2000-2006)⁷. No início, tratou-se de um forte investimento em infra-estruturas que, progressivamente, cede lugar à criação de estruturas e ao desenvolvimento de dinâmicas de qualidade do sistema educativo. São de destacar os seguintes aspectos:

- A criação de infra-estruturas educativas necessárias à expansão dos ensinos básico e superior.

⁵ Lei nº46/86, de 14 de Outubro, com as alterações incorporadas pela Lei nº 115/97, de 19 de Setembro.

⁶ Lei 1/1900 de 3 de Outubro.

⁷ PRODEP I (1990-1993) absorveu 60% do FEDER e 40% do FSE; PRODEP II (1994-1999) absorveu 45% FEDER e 55% FSE. A despesa prevista no âmbito do PRODEP III apresenta um peso relativo de cerca de 39% de FEDER e 62% de FSE.

- A consagração de uma escolaridade obrigatória de 9 anos, terminando com a idade de 15 anos⁸.
- A concepção e aplicação de Programas Interministeriais especificamente vocacionados para a prevenção e o combate ao abandono escolar precoce, primeiro apoiando especialmente a transição do 1º para o 2º ciclo do ensino básico – PIPSE⁹ (1988-1992) – e, depois, a transição dos alunos do 2º ciclo para o 3º ciclo do ensino básico - PEPT¹⁰ (1991 - 1998).
- A criação dos Serviços de Psicologia e Orientação Educativa¹¹, visando uma estratégia de individualização do ensino e de apoio ao aluno, estritamente necessária num contexto de democratização do mesmo.
- A criação de novas ofertas formativas, nomeadamente as Escolas Profissionais, os Cursos Tecnológicos e os Cursos de Educação/Formação, totalmente inexistentes na realidade portuguesas anteriormente ao Prodep I.
- O investimento na formação de professores visando a actualização das respectivas competências e a valorização do trabalho docente.
- Experimentação, através do apoio a projectos-piloto, de respostas não tradicionais no sistema de ensino orientadas para uma maior proximidade ao sistema formativo e às empresas e de formação recorrente, nomeadamente no domínio do combate à info-exclusão.

Perante o assinalável esforço de cobertura e de modernização de infra-estruturas educativas (que passa por uma concepção de escola com equipamento adequado e apetrechada com bibliotecas, mediatecas, laboratórios e infra-estruturas desportivas) verificados na última década, persistem ainda níveis de ensino e zonas geográficas com grandes carências neste domínio, consequência da repartição assimétrica da população portuguesa no território e dos diferentes dinamismos demográficos regionais já referidos.

As últimas décadas são também para Espanha um marco decisivo no que diz respeito às mudanças e à modernização introduzidas no sistema educativo e formativo. Em articulação com as Comunidades Autónomas, o governo tem implementando um conjunto de medidas sócio-educativas com impacto nas dinâmicas municipais. São de destacar os seguintes aspectos mais relevantes do desenvolvimento do sistema educativo espanhol:

- Extensão da educação básica para 16 anos, a idade mínima legal de entrada no mercado de trabalho, em condições de obrigatoriedade e gratuidade.

⁸ Abrangeu como primeira geração a *coorte* de alunos que ingressou no 1º ciclo do ensino básico no ano de 1987/1988.

⁹ PIPSE – Programa Interministerial de Promoção do Sucesso Educativo – Resolução do Conselho de Ministros publicada nos Diários da República, II Série, de 21.1.88 e de 6.10.89.

¹⁰ PEPT – Programa Educação para Todos – Resolução do Conselho de Ministros nº 29/91, publicada no DR nº 128, de 9/8.

¹¹ Decreto-Lei nº 190/9, de 17/5.

- Reforçar a oferta de educação de qualidade e em igualdade de oportunidades (v.g. idiomas, novas tecnologias de informação e comunicação).
- Prosseguir o esforço de partilha da responsabilidade de aprendizagem entre alunos, famílias, instituições educativas nacionais e autónomas e sociedade em geral.
- Potenciar uma maior flexibilidade entre o ensino geral e o profissional, com a possibilidade de instituir fluxos de mobilidade reversíveis e integrar os três subsistemas da formação profissional (regular, ocupacional e contínua) no sentido da aprendizagem ao longo da vida.
- Promover uma educação para a cidadania activa, reforçando a sua presença nos conteúdos curriculares na educação básica.
- Maior atenção à formação inicial e contínua dos professores, revendo a carreira docente e estimulando o reconhecimento social do seu papel profissional.

A estratégia do “esforço partilhado”, tal como a Ministra da Educação e Ciência de Espanha a entende (2004), assenta no apelo da participação de todos, em particular das administrações educativas. Estas devem conceber planos de colaboração entre os centros e os serviços sociais municipais e os técnicos especializados, incluindo planos de abertura e de utilização de instalações escolares para formação complementar, a cultura e o lazer dos jovens e das suas famílias.

2.1.2. Indicadores educativos gerais

A percentagem de alunos em quase todos os graus de ensino é superior em Espanha face a Portugal, excepto nos níveis do 1º e 3º ciclos, cujo número de alunos matriculados é superior em Portugal. Igualmente, em Espanha há uma maior percentagem de alunos matriculados no ensino pós-secundário e superior (cf. Anexo II: Quadro 1).

Com efeito, ao nível do ensino superior importa considerar as tendências mais recentes de um aumento expressivo do número de candidatos, visível nas percentagens de jovens que prosseguem os seus estudos além da escolaridade obrigatória. Regista-se, igualmente, um aumento do número de professores e de estabelecimentos universitários e politécnicos, de natureza pública e privada, particularmente visível nas décadas de 80 e 90, cujos impactos são muito significativos no que diz respeito ao desenvolvimento de certos centros urbanos, na sua capacidade de atrair uma população jovem, bem como na oferta de serviços e produtos culturais relativamente inovadores.

Em termos nacionais, importa registar o facto de o número médio de alunos por estabelecimento ser inferior nos ensinos infantil e primário comparativamente ao ensino obrigatório. Tal como referimos, estas dinâmicas educativas têm de ser integradas no movimento de regressão demográfica que caracteriza muitos dos países europeus.

A proporção de alunos por professor no ensino primário é superior na UE 15 do que em Espanha e Portugal em 2001 (cf. Anexo II: Quadro 2). Mesmo assim, considerando o número de alunos matriculados na educação infantil, em Espanha, de 1994 até 2004 regista-se um aumento significativo, sendo mais substancial nos últimos cinco anos. O mesmo já não se verifica com o número de alunos matriculados na educação primária, que decresce neste período de tempo. Contudo, a diminuição mais drástica do número de alunos regista-se ao nível do Bacharelato e da Formação profissional (cerca de 50%) e que é mais fortemente sentida de 1999 a 2000.

Tal como no ensino primário, nota-se uma diminuição em 2001 da proporção alunos/ professor no 3º ciclo e ensino secundário em Espanha e Portugal. Isto pode estar relacionado com a diminuição da população desta faixa etária, com o abandono escolar precoce, com o excesso de professores que fazem parte do sistema, etc. (cf. Anexo II: Quadro 3). É possível verificar que a percentagem de alunos matriculados nas instituições públicas é superior em Portugal comparativamente a Espanha e à média dos países da UE 15. De 2000 a 2001 nota-se um ligeiro aumento dos alunos matriculados em instituições privadas nos países da União Europeia (cf. Anexo II: Quadro 4).

Em relação à educação secundária obrigatória (ESO), regista-se um aumento, apesar de, em 2003, se verificar uma ligeira diminuição do número de alunos. De salientar, ainda, que, na educação universitária, se assiste a um ligeiro aumento do número de alunos de 1994 até 2000. Todavia, o número de alunos neste grau de ensino decresce a partir de 2003.

Em Espanha, em 2004/2005, a maior percentagem de estabelecimentos de ensino da Educação Infantil, Educação Primária e Educação Secundária Obrigatória, Educação Primária, ESO e Bacharelato/Formação profissional, e, ainda, estabelecimentos específicos de educação especial pertencem ao ensino privado. Isto poderá significar uma tendência mais acentuada de privatização do ensino em Espanha. Em relação ao ensino público, verifica-se um maior número dos estabelecimentos que apenas asseguram a Educação Primária (95%), o Ensino Obrigatório/Bacharelato/Formação profissional (82%) e a Educação Universitária (69%) (cf. Anexo II: Quadro 5).

Relativamente ao ramo de estudos em Espanha em igual período, verifica-se, por um lado, uma diminuição ligeira do número de alunos nas áreas das humanidades, Ciências Sociais e Jurídicas e Ciências Experimentais. Por outro lado, assiste-se a um aumento do número de alunos nas áreas das Ciências da Saúde e Técnicas. Este aumento do número de alunos nas áreas técnico-científicas vai de encontro às directivas comunitárias no âmbito das políticas educativas (cf. Anexo II: Quadro 6).

Em 1999, 32% da população adulta espanhola entre os 25 e os 34 anos tinha completado a educação secundária obrigatória, contra 11% e apenas 2,4% para os níveis de educação primária e inferior, respectivamente. Em termos nacionais, 33% detém o nível superior, sendo que a Comunidade Autónoma da Galiza se afasta apenas ligeiramente dessa média (31%), apresentando uma percentagem superior à média nacional no nível da educação secundária obrigatória (34,2%) (cf. Anexo II: Quadro 7).

Também aqui se regista uma sobre-representação do sexo feminino no que diz respeito aos níveis de ensino mais elevados: a percentagem de mulheres matriculadas no Ensino Superior é maior em Portugal do que em Espanha e na UE 15. Ao contrário de Espanha, Portugal acompanha a tendência da União Europeia para aumentar a percentagem de mulheres no Ensino Superior (cf. Anexo II: Quadro 8).

Quanto à estrutura das preferências profissionais segundo o sexo, também se verifica, para o caso espanhol, o domínio das mulheres nas áreas das ciências sociais e das que se encontram relacionadas com a saúde e a educação, ao passo que os homens permanecem nas áreas próximas da formação técnica, engenharia e arquitectura. Com base na leitura das informações estatísticas disponíveis, é possível concluir que a maioria dos alunos matriculados no ensino superior em 1999 está distribuído pelas áreas das Ciências Sociais, Ensino Comercial e Direito (37,2%), Engenharia e Construção (14,2%) e ainda Educação (11,9%). Facto que mostra uma tendência dos alunos para seguirem as áreas das Humanidades e Letras (cf. Anexo II: Quadro 9).

De acordo com os últimos dados recolhidos, cerca de 32% do gasto público com educação em 2002 destinou-se à educação infantil, primária e especial. De seguida, e quase com o mesmo valor, vem o gasto com o ensino secundário obrigatório, bacharelato e ciclos formativos e a formação profissional (31%). Neste sentido, pode-se concluir que cerca de 63% dos gastos com a educação se destinam ao ensino/formação obrigatório e qualificante. Importa referir, ainda, que 21% do gasto público com educação é direccionado para a educação universitária. Deste modo, o ensino superior aparece com um peso menos significativo nas prioridades educativas. Além disto, cerca de 16% do gasto público com educação em Espanha em 2004/2005 é atribuído aos subsídios/bolsas (3%), às actividades educativas anexas (6%), à formação ocupacional inicial (4%) e ainda a outros tipos de ensino (3%) (cf. Anexo II: Quadro 10).

Em relação à situação portuguesa, verifica-se que os indivíduos que completaram o 1º, 2º e 3º ciclo do ensino básico são, em termos percentuais, de 35,1%, 12,6% e 10,9%, respectivamente, expressando uma diminuição relativamente aos valores relativos a 1991 (cf. Anexo II: Quadro 11). Nestes três ciclos, a proporção da população masculina é superior à feminina. Quanto aos níveis de ensino secundário e superior apresentam uma dinâmica e uma distribuição por sexo diferente, com proporções de 15,7% e 10,8%, respectivamente, e com prevalência de uma população feminina. Com efeito, entre 1991 e 2001, a proporção de indivíduos com 21 ou mais anos que tinha completado o ensino superior quase duplicou em todas as regiões do País: Lisboa concentrou a maior proporção, tanto em 1991 (7,2%) como em 2001 (13,5%), seguida pelo Algarve (7,3%) e pelo Norte (7,2%) (cf. Anexo II: Quadro 12). Esta tendência para o aumento da formação de nível universitário irá continuar a fazer-se sentir, sendo provável que quatro em cada dez estudantes que finalizaram a escolaridade em 2001 se matriculem em programas de ensino terciário conducentes a graus equivalentes ao bacharelato, ou a graus universitários mais elevados ao longo da sua vida (OCDE, 2003). Com efeito, de 1997 a 2001, houve sempre um aumento do número de alunos inscritos no ensino superior, apresentando, a partir de 2002, uma tendência para uma ligeira regressão. As áreas que mais têm sofrido com este movimento de ascensão foram, no essencial, as ciências sociais, ciências empresariais e direito, humanidades e educação; em movimento contrário, a oferta nas

áreas das engenharias, tecnologia e ciência tende a ser superior à procura por parte dos candidatos ao ensino superior. Igualmente, enquanto que aquelas primeiras áreas de estudo têm sido preenchidas maioritariamente por jovens do sexo feminino, estas últimas permanecem sob o domínio de jovens do sexo masculino. Por outro lado, tem havido um esforço para que se redireccione a estrutura da procura de forma a aumentar o número de alunos nas áreas das ciências da saúde, engenharia e tecnologia, de cariz técnico-científicas, de forma a cumprir, também, um dos requisitos previstos nas directivas comunitárias no âmbito das políticas educativas.

Por outro lado, segundo o Censo 2001, o crescimento económico do país denota um aumento da taxa de emprego em actividades relacionadas com os serviços (59,9%, em 2001), sendo que a actividade económica “Comércio e reparação de veículos automóveis e de bens de uso pessoal e domésticos, alojamento e restauração, transportes e comunicações” empregam 26,5% do total de trabalhadores, ao passo que a área da “Indústria, incluindo a energia” emprega 22,8% e a “Agricultura, caça e silvicultura; pesca e aquicultura” com 5%. Tais transformações no perfil da mão-de-obra indiciam a centralidade que assume hoje a questão das competências e da capacidade de aprendizagem ao longo da vida (cf. Anexo II: Quadro 13).

2.1.3. Indicadores educativos na Euro-região.

Relativamente à Educação Pré-escolar, há uma distribuição irregular da oferta no contexto português, em particular no que diz respeito à falta de infra-estruturas e de profissionais qualificados. Por exemplo, em 2001/02 e em relação ao total do Continente, 39,4% da Região Norte está coberta por estabelecimentos pré-escolares públicos e privados, sendo que se trata de uma região que apresenta uma dinâmica demográfica juvenil muito significativa, com 38% de alunos matriculados (cf. Anexo II: Quadros 14 e 15). Em certas cidades, regista-se um fenómeno de sobre-ocupação, como por exemplo, nas cidades de Braga, Porto, Viana do Castelo e Viseu (cf. Anexo II: Quadro 16).

Por sua vez, no que diz respeito à rede da Educação Escolar Básica obrigatória, em relação ao ensino do 1º ciclo (EB 1) assiste-se, por um lado, a uma diminuição do número de estabelecimentos de ensino na maioria dos concelhos do Eixo Atlântico, sendo no concelho de Guimarães que esta diminuição se faz sentir mais, e, por outro, a uma certa pulverização da rede escolar: muitas escolas têm apenas 1 ou 2 lugares de docentes e outras tantas funcionam com menos de 16 alunos (cf. Anexo II: Quadro 17) Esta situação tem conduzido à concentração de esforços no processo de reordenamento das escolas, potenciadas por Centros de Recursos e por uma gestão integrada. Uma das iniciativas nesse sentido tem sido a elaboração da *Carta Educativa*, como veremos mais à frente.

Numa análise mais pormenorizada e evolutiva dos indicadores educacionais pelos concelhos Portugueses da Região do Eixo Atlântico verifica-se, justamente, que, de 1995/96 a 2001/02, o número de estabelecimentos de EB 1 apenas aumentou nos Concelhos de Braga e do Porto (capitais de distrito). Além disso, também é possível constatar que os Estabelecimentos de Ensino do 1º ciclo diminuíram nas cidades mais interiores, como nos casos de Bragança, Chaves e Vila Real. Isto pode estar associado à diminuição da taxa de natalidade, atrás referida, bem como à interioridade que caracteriza estes concelhos.

Quanto às escolas do 2º e 3º ciclos (EB 2 e 3), estas apresentam taxas de cobertura diferenciadas e apoios desiguais, sendo de referir que, segundo os dados da Direcção Regional da Educação do Norte (DRENorte), essas taxas são de 28% contra 42% em termos nacionais.

Também a este nível se observa uma diminuição sobretudo de escolas do 2º ciclo nos concelhos mais interiores (Chaves, Bragança), certamente relacionada com o número de alunos nestes concelhos. Tal como nos estabelecimentos de ensino, o pessoal docente concentra-se nas regiões do Grande Porto (34%) e do Tâmega (13,7%). Porém, em relação à região do Alto Trás-os-Montes (7,1%), apesar de registar um dos maiores números de escolas, não apresenta uma percentagem significativa de professores (7%) (cf. Anexo II: Quadro 18). Isto pode estar relacionado com a interioridade que esta região apresenta, desmotivando a fixação dos professores. De resto, esta tendência já tinha sido referida no *Segundo Estudo do Eixo Atlântico* relativo às dinâmicas urbanas. Verifica-se, igualmente, um aumento significativo do número de estabelecimentos do 2º ciclo nos concelhos de Braga, Porto e Vila Nova de Gaia.

É possível concluir que o número de estabelecimentos de ensino do 3º ciclo e dos docentes não sofreu grandes alterações nos concelhos portugueses do Eixo Atlântico. Porém, ao nível das NUTS do Cávado e Ave regista-se uma percentagem bastante significativa de alunos matriculados neste nível do ensino. Isto poderá significar um aumento no número médio alunos/professores nesta região do país. As consequências desta situação apenas poderão ser analisadas com base na taxa de sucesso/insucesso escolar.

A dinâmica educativa ao nível do ensino profissional no Norte de Portugal pode ser medida, em parte, pelo número significativo de Escolas Profissionais no contexto nacional: 38,7% que, para além da sua expressão na Região do Grande Porto (32,6%), assume importância também nas regiões do Minho-Lima (16,3%) e do Ave (15,1%). Zona tradicional de forte industrialização e de prestação de serviços (v.g. turismo, no caso de Viana do Castelo), a pressão para uma profissionalização da mão-de-obra explica o desenvolvimento deste nível de ensino, registando percentagens de alunos matriculados e de docentes relativamente significativas.

Atendendo a alguns indicadores, para o ano escolar 2001/2002, a região da Galiza representa apenas 8% do total dos estabelecimentos educativos existentes em Espanha. Comparativamente à média nacional, a região da Galiza possui, contudo, a maior percentagem de Estabelecimentos do ensino Pré-escolar e Primário, sendo que a maior percentagem de estabelecimentos de ensino se encontra nas províncias da Coruña (42%) e de Pontevedra (35%). Estas duas províncias possuem a maioria dos Estabelecimentos de ensino da região da Galiza (77%). De destacar, igualmente, o peso significativo da Educação Primária nas províncias de Lugo e Ourense, pelo que a maioria dos estabelecimentos de ensino destas duas províncias pertence a este grau de ensino. Outro aspecto importante reporta-se à percentagem elevada de estabelecimentos de Educação infantil nas províncias de Pontevedra e Coruña. Além disso, convém salientar que estas duas províncias também possuem a maior percentagem de centros específicos de educação especial.

2.2. Desafios educativos

2.2.1. Combater o abandono escolar precoce.

Apesar de no ponto precedente se apresentarem indicadores que denotam uma importante dinâmica educativa, acompanhada de medidas sócio-políticas de modernização do sistema educativo, a verdade é que, face às metas projectadas para 2010 no conjunto da UE, persistem problemas comuns aos dois países. Um deles prende-se com o abandono escolar precoce.

Portugal debatia-se, e ainda hoje se debate, com o problema da saída precoce ou do abandono escolar, em sentido lato¹². Segundo dados divulgados pela Comissão Europeia, Portugal tem a maior taxa de abandono escolar precoce da União, acima do dobro da média comunitária. O relatório conjunto sobre o emprego na UE refere que a taxa de abandono escolar precoce em Portugal foi de longe a mais elevada em 2001, 45,2%, ao passo que a média comunitária se situa em 19,4%. Em números reais, são mais de 30 mil alunos que anualmente abandonam os estudos sem completar a escolaridade obrigatória, número, aliás, reconhecido pelo próprio Ministério da Educação (PNAPAE, 2004). Nesse sentido, a Comissão Europeia já alertou Portugal que os maiores desafios que o país terá de enfrentar na área do emprego são a luta contra o abandono escolar e o investimento na formação contínua. Do lado de Espanha também são notórias as preocupações com o número elevado de jovens que não termina com êxito a educação secundária (29%), contribuindo para processos de exclusão profissional e social dos jovens com menor rendimento escolar (cf. Anexo II: Quadro 20)

Por outro lado, o abandono escolar apresenta uma proporção mais significativa no sexo masculino. Contudo, os casos Português e Espanhol mostram significativas diferenças de género no que diz respeito ao abandono escolar. Isto pode estar relacionado com vários factores, tais como a necessidade da mulher ter mais qualificações para aceder ao mercado de trabalho, a valorização pessoal, entre outros.

Além dessa informação, a percentagem de abandono escolar precoce da população dos 18 aos 24 anos em 2001 na UE 15 é de cerca de 19% (cf. Anexo II: Quadro 21). Assim, ao analisar o caso português, em 2001, verifica-se que a situação é bastante preocupante: quase metade (45%) da população dos 18 aos 24 anos abandonou o sistema de ensino. Para Espanha, a percentagem é cerca de 29%. Ao compararmos este valor com o da média da UE 15, constatamos que o abandono escolar em Portugal triplica comparativamente à média dos países da UE 15.

A complexidade do fenómeno do abandono escolar é expressiva da diversidade de configurações em função do país, da região, do grau de ensino ou ainda dos contextos sócio-económicos, culturais e familiares considerados. Sabe-se que um dos factores centrais é o insucesso escolar, visível nas taxas de retenção e de fracassos ao nível do contexto escolar. Além desta razão, outra são apontadas, tais como: a desmotivação e desinteresse pelo prosseguimento de estudos, o desnível entre a idade cronológica e o nível escolar,

¹² Assumimos a equivalência dos termos apenas neste contexto, já que se sabe que o conceito de abandono escolar é relativamente diverso na literatura científica sobre a Educação. Para uma melhor clarificação cf. www.min-edu.pt.

dificuldade de integração no ambiente escolar e de relacionamento com os professores e/ou colegas, a inadaptação à escola, o interesse por outras actividades, nomeadamente a atracção pelo mercado de trabalho, e o absentismo. Do lado das famílias, o perfil que enquadra estes jovens relaciona-se directamente quer com as carências económicas e financeiras da família de origem, quer com as reduzidas expectativas das famílias relativamente aos educandos e, simultaneamente, alheamento e desvalorização das culturas escolares.

A importância de iniciativas de combate e de promoção da educação, como, por exemplo o *Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar do lado de Portugal* (PNAPAE) e, do lado de Espanha, a *Ley Orgánica de Calidad de la Educación* (LOCE), passará, justamente, pelo esforço em valorizar socialmente a escola, em abrir as suas portas ao meio envolvente, aos diferentes agentes educativos, à cidade, ao país, ao mundo.

Tal cenário apresenta-se mais preocupante se atendermos às assimetrias persistentes na Euro-região. Com efeito, verifica-se, para o caso português, que as zonas do país relativamente mais afectadas pelo abandono escolar e saída precoce são as zonas do Tâmega, do Ave, do Cávado e do Alto Trás-os-Montes, justamente municípios industrializados que integram a região Norte de Portugal. Dada a gravidade deste problema no contexto português, e com o lema «Eu não Desisto», o PNAPAE tem como grande objectivo reduzir para menos de metade as taxas de abandono escolar e de saída precoce até 2010. No conjunto das recomendações, destacam-se, particularmente, algumas com impactos importantes na dinamização sócio-educativa:

- A criação da figura do tutor escolar para acompanhamento das crianças em risco de abandono.
- O desenvolvimento de um programa específico de Formação de Professores.
- Em matéria de complementos educativos, a criação de um Plano de Português Língua Não Materna, de um Plano de Promoção da Leitura e da Escrita e de um Plano específico para o Apoio ao Ensino e Aprendizagem da Matemática.
- A dinamização de um Programa de Apoio e Financiamento a Actividades Extra-Curriculares - *Depois das Aulas*.
- A criação do Programa Pais na Escola.
- A implementação da metodologia e dos referenciais para reconhecimento, validação e certificação de competências com equivalência ao actual Ensino Secundário.
- O desenvolvimento de uma campanha de sensibilização dirigida essencialmente aos jovens que abandonaram o sistema de ensino com os anos de final de ciclo incompletos (9.º e 12.º anos).

A filosofia que preside a este projecto de luta contra o abandono escolar assenta numa política de articulação inter-ministerial alargada, global e local, e de envolvimento da sociedade para a prevenção do abandono escolar. Em particular, destaca-se o envolvimento necessário de agentes dos sectores público,

social e privado: Ministérios, Autarquias, Empresas, Instituições Privadas de Solidariedade Social, Organizações Não Governamentais e Associações de Desenvolvimento Regional e Local, para uma política nacional e local de prevenção do abandono escolar.

2.2.2. Centragem nas competências básicas.

Para que um país prepare de forma integrada e duradoura as suas gerações, importa que contemple, igualmente, outras condições e critérios para a construção da qualidade e da excelência a todos os níveis da sociedade. Uma dessas condições passará, certamente, pela capacidade de promover o acesso e a expansão progressiva das gerações recentes às diferentes formações iniciais, flexibilizando as opções e os seus percursos por fileiras de estudo inovadoras e articuladas com as exigências de mercados de emprego no perfil de empregabilidade dos seus futuros trabalhadores.

Com base no estudo internacional PISA (Programme for International Student Assessment), torna-se crucial investir nas competências básicas – literacia (leitura, matemática e ciência) de modo a cumprir igualmente um dos objectivos da Agenda de Lisboa que a UE se propôs atingir.

De acordo com um estudo colectivo (Benavente, *et al.*1996), a literacia traduz a capacidade da população portuguesa dos 15 ao 64 anos usar as competências de leitura, de escrita e de cálculo na vida diária (social, profissional e pessoal). Os autores elaboram uma grelha de cinco níveis para medir o grau de literacia, combinando o grau de dificuldade na realização de tarefas com um determinado nível de aptidão demonstrado na sua execução: Nível 0 – total incapacidade para resolver qualquer tipo de tarefa; Nível 1 – capacidade para resolver apenas tarefas pouco exigentes; Nível 2 – capacidade de associação literal ou aproximada entre palavras ou expressões; Nível 3 – capacidade de processar a informação com um grau mais elevado de complexidade, por exemplo, a capacidade de integrar informação de diversas fontes de forma a elaborar resumos ou fundamentar conclusões; Nível 4 – pressupõe a capacidade de processamento e integração de informação múltipla ao nível mais complexo. Considerando essa escala, quase 70% dos activos portugueses apenas se situavam nos níveis 1 e 2 (*Ibidem*).

Com a actualização dos resultados mais recentes e as comparações internacionais (Gomes, *et al.* 2000), confirma-se a concentração acentuada da população portuguesa nos níveis mais baixos de literacia. No nível 1, apresentamos o valor mais o baixo: 17% de alunos contra uma média de 12% no espaço da OCDE. Em relação aos níveis 2, 3, 4 e 5, as médias portuguesas são, pela mesma ordem, 25%, 27%, 17% e 4%, sendo as médias da OCDE, respectivamente, de 22%, 29%, 22%, e 9%. Porém, o cenário afigura-se mais preocupante se atendermos à percentagem de alunos que nem sequer atingiu o nível 1, revelando sérias dificuldades em usar a leitura como um instrumento efectivo para a extensão de conhecimentos e competências noutras áreas. Nesta situação encontram-se 10% dos alunos portugueses, sendo a média no espaço da OCDE de 6%. Trata-se de alunos que poderão estar em risco não só na transição inicial da educação para o trabalho, mas também na possibilidade de usufruírem de outras aprendizagens ao longo da vida.

Para a situação portuguesa, sabe-se que os alunos de 15 anos têm um desempenho médio modesto em literacia de leitura, matemática e ciências comparativamente aos restantes países da OCDE. De entre todos os 32 países que integram o estudo internacional (27 da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico, o Brasil, a Letónia, o Liechtenstein e a Rússia) envolvendo 256 mil estudantes e nos vários domínios considerados, Portugal ocupa os últimos lugares nos desempenhos de leitura, matemática e ciência, sendo que Espanha apresenta uma situação mais favorável relativamente a Portugal.

Além disso, a distribuição regional dos resultados é significativa da assimetria que se pode registar globalmente, mais uma vez, entre a região de Lisboa e Vale do Tejo, que se encontra próxima da média da OCDE, as outras regiões que se distanciam em média em 50 ou mais pontos (v.g. Ilhas, Alentejo e Algarve). Em termos de distribuição por sexo, as raparigas apresentam, em média, melhores resultados nas competências de leitura do que os rapazes, sendo esta diferença estatisticamente significativa; porém, na matemática, são os rapazes que mais se destacam no conjunto dos países; e nos conhecimentos científicos não se registam diferenças significativas.

2.2.3. Incentivo à aprendizagem “ao longo da vida”

Trata-se, igualmente, de conceber o sistema educativo de modo a responder ao desafio de uma aprendizagem ao longo da vida, de permanentemente contribuir para a requalificação da população activa. O apelo à participação colectiva e cívica dos diferentes actores colectivos e individuais de cariz internacional, nacional e local, constitui uma outra das condições da construção do projecto educativo. Nesse sentido, um “espaço europeu de aprendizagem ao longo da vida” permitirá aos cidadãos europeus passarem livremente de um ambiente de aprendizagem para um emprego, de uma região ou de um país para outro, a fim de utilizarem da melhor forma as respectivas competências e qualificações. Assim, as iniciativas a tomar devem apontar, simultaneamente, para uma aprendizagem desde o ensino pré-escolar até à pós-reforma, e abrange qualquer tipo de educação (formal, informal ou não formal).

Considerando os indicadores da participação na aprendizagem ao longo da vida dos cidadãos com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos, poder-se-á dizer que os investimentos nas últimas décadas são notórios. Porém, Portugal ainda se apresenta na cauda da Europa. Apenas 3,7% da população dos 25 aos 64 anos participa em actividades educativas/formativas (cf. Anexo II: Quadro 22).

É importante destacar que a percentagem de população feminina que participa neste tipo de acções é superior à masculina, tanto na UE 15 como em Espanha e Portugal. Um dos aspectos que poderá estar na base deste fenómeno serão as dificuldades que a mulher tem em aceder ao mercado de trabalho.

Igualmente, é possível verificar que a maioria da população da UE 25 (66,4%) e da UE 15 (63,4%) concluiu pelo menos o 3º ciclo do ensino Básico e o Ensino secundário. Importa destacar o caso português, visto que apenas 22,2% da população concluiu pelo menos o 3º ciclo do ensino básico e o ensino secundário, percentagem que fica muito aquém da Europeia e que nos coloca na cauda da Europa no ensino/formação de adultos (cf. Anexo II: Quadro 23).

Ao analisar a população dos 18-24 anos por tipo de actividade em 2001, pode-se concluir que a educação/formação em alguns países pode não ser determinante para assegurar um lugar no mercado de trabalho. Com efeito, apenas 16% da população da UE15 frequenta actividades de ensino/formação ao mesmo tempo que está empregada, percentagem que desce bastante em países como Portugal e Espanha, onde apenas 7% da população empregada frequenta o sistema de ensino. Deste modo, torna-se bastante interessante verificar que a maioria da população empregada (48%) em Portugal se encontra fora do sistema de ensino, facto que poderá significar a não correlação entre maior formação e maior facilidade em aceder ao mercado de trabalho. Pelo contrário, notam-se grandes dificuldades da população que frequenta qualquer grau de ensino em aceder a um emprego. Os casos de Portugal e de Espanha são bem claros, uma vez que mostram que grande parte da população, 45% no caso Espanhol e 36% no Português, que frequenta o sistema de ensino sente grandes dificuldades em conseguir um emprego (cf. Anexo II: Quadro 24).

Igualmente, no que diz respeito à aprendizagem ao longo da vida, verifica-se que em 2001 a percentagem da população da maioria dos países da UE 15 que investiu em aprendizagem ao longo da vida é superior à de países como Portugal e Espanha. Os valores para 2001, em Espanha, são de cerca de 5% e, em Portugal, apenas 3% da população investiu em aprendizagem ao longo da vida (cf. Anexo II – quadro 25).

3. Cidades, espaços educativos do Eixo Atlântico.

3.1. A iniciativa da “Cidade Educadora”

Presentemente, a cidade, grande ou pequena, dispõe de inúmeras possibilidades educativas em conjunto com as várias instituições sociais, como a escola e a família. A “cidade educadora”, iniciativa lançada em Espanha, em 1990, durante o 1º Congresso Internacional de Cidades Educadoras (AICE), resulta de um acordo de municípios que se comprometeram em transformar os locais públicos em espaços educativos para a população, sem excluir qualquer faixa etária ou classe social.

O termo do compromisso da associação, chamado “Carta de Barcelona”, define um conjunto de princípios básicos, sendo que ideia máxima é a de que a educação não deve ser exclusivo das escolas. O primeiro parágrafo da Carta diz-nos que: “Todos os habitantes de uma cidade terão o direito de desfrutar, em condições de liberdade e igualdade, dos meios e oportunidade de formação, entretenimento e desenvolvimento pessoal que a própria cidade oferece”. Desde então, mais de 30 países e quase 300 cidades associadas têm apresentado experiências em três redes temáticas: *i)* combater o insucesso escolar; *ii)* promover a transição escola-trabalho; *iii)* promover uma educação assente numa cidadania activa e responsável. A partir destes objectivos centrais, as cidades investem, através de uma articulação entre os diversos espaços de aprendizagem (v.g. escola, organizações não governamentais, associações diversas) numa formação integral nestes espaços de aprendizagem. Com efeito, perante a complexidade e os desafios de uma “sociedade de informação”, existe hoje a convicção de que a escola sozinha não tem condições de transmitir todos os conhecimentos e informações do mundo contemporâneo aos seus alunos.

Espanha apresenta-se como o país que mais cidades tem associadas (cerca de 174). Praticamente todas as cidades da Galiza, excepto Vilargarcia de Arousa, Monforte de Lemos e Ourense, integram o projecto das “Cidades Educadoras”. Em relação ao Norte de Portugal, o cenário é praticamente oposto. Somente Porto e Braga se encontram associadas ao referido projecto. Esta primeira observação poderá, desde já, sugerir uma maior atenção e empenho por parte dos municípios galegos na transformação da cidade numa escola “fora dos muros” de aprendizagem convencionais.

Além deste primeiro enquadramento, importa considerar os principais indicadores já referenciados nos pontos precedentes sobre as dinâmicas educativas, em geral, e, em particular, na Euro-região, realçando, deste modo, as principais transformações das cidades que integram o Eixo atlântico. Impõe-se, por conseguinte, potenciar as vantagens diversas que resultam da complementaridade das cidades em termos de competitividade, destacando-se, neste ponto do capítulo, as que potenciem uma cidadania europeia e euro-regional participativa enraizada na riqueza e diversidade sócio-cultural de cada região.

Com base na apresentação, ainda que breve, dos programas sócio-educativos desenvolvidos pelas cidades incluídas no Eixo Atlântico, será possível identificar, desde já, alguns dos traços, discriminando quer as cidades que mais se aproximam uma das outras, quer as que se encontram nos extremos. Este primeiro retrato será construído com base em indicadores disponíveis nas várias fontes de informação do lado de Portugal e de Espanha, utilizando, igualmente, a informação recolhida mediante o inquérito por questionário aplicados aos municípios do Eixo Atlântico. A dificuldade de se obter informação relativamente padronizada para as duas regiões Galiza e Norte de Portugal, por nós solicitada em tempo útil para a redacção deste capítulo, além de muita se apresentar incompleta, constituiu, certamente, uma limitação no aprofundamento do esforço analítico desejado que temos de ter em conta. Optámos, por isso, sempre que possível, por ilustrar os diferentes aspectos analisados com a informação disponível relativa às cidades. Não se pretende, deste modo, apresentar uma análise completa e exaustiva de todas as cidades.

3.2. Enquadramento das cidades do Eixo Atlântico.

A recolha de um conjunto de indicadores relativamente comparáveis entre si permite-nos contextualizar, de forma sucinta, as cidades do Norte de Portugal e da Galiza.

A partir de informação estatística produzida nos quadros institucionais respectivos, nomeadamente nos Censos de 2001, optámos por nos centrarmos nos indicadores territoriais, demográficos, económicos e educacionais.

Olhando para o conjunto das cidades do Norte de Portugal (cf. Quadro 1), poder-se-á dizer que há a registar, desde já, algumas disparidades importantes em termos territoriais. Há cidades que apresentam um elevado número de habitantes residentes, como sejam as cidades do Porto, Vila Nova de Gaia, Braga e Guimarães, contra outras que se caracterizam pelo reduzido número de habitantes como Peso da Régua, Bragança, Chaves e Vila Real. Estas últimas cidades localizam-se no interior do país e cobrem áreas territoriais maiores, pelo que apresentam baixos níveis de densidade populacional. A questão da distância entre freguesias, por um lado, e o isolamento das populações residentes, por outro, explicam, em grande

Educação e cidadania na Euro-região

medida, algumas das especificidades ao nível da acção educativa nestes concelhos mais interiores e com menos habitantes. Igualmente, os outros concelhos que apresentam uma elevada densidade face à média nacional (113,2 hab/km²), como sejam, por exemplo, as cidades do Porto e de Vila Nova de Gaia, apresentam outros desafios ou constrangimentos da acção camarária no domínio sócio-educativo.

Quanto à componente demográfica, regista-se, em 2002, um índice de envelhecimento relativamente mais acentuado nas cidades do interior, incluindo também o Porto, ao contrário do que acontece nas cidades de Vila Nova de Gaia, Braga ou Guimarães. Correlativamente, as taxas de natalidades verificadas permitem corroborar aquelas evoluções e acentuar o perfil de menor crescimento demográfico. Mesmo assim importa destacar que, entre todas as regiões, a do Norte de Portugal apresenta a maior variação positiva nos últimos dez anos (cerca de 2,6%).

Quadro 1: Conjunto de indicadores de caracterização das Cidades do Norte de Portugal.

Cidades	Braga	Bragança	Chaves	Guimarães	Peso da Régua	Porto	Viana do Castelo	Vila Nova de Gaia	Vila Real
Indicadores									
Indicadores Territoriais									
Nº de Freguesias (2003)	62	49	51	68	12	15	40	24	30
Nº de Hab. residentes (2001)	164192	34750	43667	159576	18832	263131	88631	288749	49957
Área/ km ² (2003)	183,3	1173	591,3	241,3	94,2	41,5	318,6	168,7	377,1
Densidade populacional hab/km ² (2002)	910,6	29,5	73,8	663,9	194,6	6 042,7	279,9	1 739,0	132,7
Indicadores Demográficos									
Índice de envelhecimento (2002) (%)	60,6	147,9	151,3	56,6	97,9	145,4	109,5	76,9	98,8
Taxa de natalidade (2002) ‰	13,5	8,8	8,1	11,3	9,8	9,6	10,1	12,1	11
Indicadores Económicos									
Taxa de actividade H/M (%) (2001)	51,9	42	39,8	53,8	42,3	48,1	46,2	52,8	44,5
Taxa de Desemprego H/M (%) (2001)	6,9	6,8	10,3	5,3	7,0	10,2	7,1	8,1	7,8
Indicadores Educacionais (População residente total)									
Taxa de analfabetismo (%) (2001)	5,8	12,2	12,5	7,4	11,9	4,8	7,5	5,4	9,1
% População sem nenhum nível de ensino (2001)	12,3	15,8	15,8	13,8	15,9	9,3	12,7	11,7	14,0
% População com o 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico (2001)	55,4	55,3	60,1	57,9	64,8	49,9	60,9	58,1	55,5
% População com o ensino secundário (2001)	17,0	13,9	13,4	12,2	11,5	17,1	15,0	17,8	15,3
% População com o ensino médio (2001)	1,0	0,7	0,7	0,4	0,5	1,8	0,6	0,8	0,9
% População com o ensino superior (2001)	15,5	14,3	10,0	6,2	7,4	21,7	10,8	11,5	14,4

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001 (Resultados Definitivos)

Os indicadores económicos seleccionados revelam uma importante taxa de actividade para ambos os sexos, sobretudo para as cidades do litoral, sendo Chaves a que se situa no nível mais baixo de actividade económica. Em 2001, o desemprego, por sua vez, atingindo sempre mais as mulheres do que os homens, apresenta maior expressão estatística nos concelhos de Chaves (10,3%), Porto (10,2%) e Vila Nova de Gaia (8,1%), claramente acima da média nacional (7,8%).

No que diz respeito aos indicadores educacionais, poder-se-á observar que todas as cidades registaram, em 2001, em comparação com 1991, uma importante diminuição da taxa de analfabetismo. Mesmo assim, são de destacar os valores relativamente significativos de analfabetismo nas cidades do interior: Chaves (12,5%), Bragança (12,2%) e Peso da Régua (11,9%). As que registam percentagem mais baixa são Porto (4,8%) e Vila Nova de Gaia (5,4%). Estes valores serão tanto mais significativos se acrescentarmos as percentagens de habitantes residentes que não possuem nenhum nível de ensino formal, podendo saber ler e escrever.

As percentagens mais elevadas do nível de ensino atingido por toda a população residente localizam-se nos três ciclos que integram a escolaridade básica obrigatória. Relevante parecem ser as percentagens dos jovens que seguem o ensino secundário ou o ensino médio. Na primeira situação, poder-se-ão ler as percentagens mais elevadas como expressão de um maior investimento em percursos escolares mais prolongados, projectando-se atingir o nível do ensino superior (universitário ou politécnico). Na segunda situação, o indicador da percentagem de ensino médio indica, pelo contrário, a opção por percursos escolares mais curtos e mais vocacionados para a profissionalização, entrando no mercado de trabalho mais cedo. Ora, tendo presente este quadro de análise, refira-se, desde já, a importância residual do ensino médio em todos os concelhos do Norte de Portugal. Os que parecem, mesmo assim, representar algum esforço nesse sentido são, por exemplo, Porto (1,8%) e Braga (1%).

Os que concretizaram um percurso escolar mais longo ao atingir o ensino superior são majoritários do Porto (21,7%), Braga (15,5%), Bragança (14,3%) e Vila Real (14,4%). No caso das últimas duas cidades do interior do Norte de Portugal, aquelas percentagens revelam, em grande medida, o poder de dinamização das universidades do Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) e da Beira Interior (UBI), respectivamente. Nota algo dissonante parece ser a situação de Guimarães que, usufruindo do Pólo de Azúrem da Universidade do Minho, apresenta uma percentagem de população residente com o nível de ensino superior de apenas 6,2%. Importa, neste caso, questionar o poder de atracção da universidade neste concelho e, sobretudo, relacioná-lo com o tecido produtivo envolvente no que diz respeito ao emprego de uma mão-de-obra jovem apenas com a escolaridade básica obrigatória.

A leitura que se pode fazer para o caso das cidades da Galiza que integram o Eixo Atlântico (cf. Quadro 2) não se afasta muito do enquadramento genérico das cidades portuguesas que acabámos de expor. Com efeito, basta atender, igualmente, aos indicadores seleccionados¹³ para se perceber que também são as cidades do interior que apresentam uma menor densidade populacional face às do litoral. Os concelhos de

¹³ Foram seleccionados, igualmente, aqueles indicadores que nos permitem estabelecer alguma comparabilidade entre as cidades do Norte de Portugal e as da Galiza.

Monforte de Lemos e de Lugo são os mais representativos do conjunto dos concelhos quanto ao menor número de habitantes e à menor densidade habitacional por Km². Já os concelhos de Corunha, Ourense e Vigo são aqueles que apresentam os valores mais elevados para esses dois indicadores.

Tratam-se, na sua maioria, de cidades com um envelhecimento muito significativo sobretudo no caso de Monforte de Lemos, Ferrol e Corunha, sendo que, à exceção de Corunha, são as cidades que registam também taxas brutas de natalidade inferiores comparativamente às outras cidades.

A taxa de actividade centra-se em torno dos 50%, com cidades que apresentam um valor inferior como, por exemplo, Monforte de Lemos e Ferrol. Em termos gerais, esta menor percentagem de actividade que se regista na região de Galiza, contrastando sensivelmente com a região Norte de Portugal, relaciona-se com os elevados valores de desemprego para aquela região. Com efeito, a este nível pode-se adiantar que esta é uma das diferenças significativas a realçar na comparação das duas regiões. Em 2001, o desemprego, atingindo sempre mais as mulheres do que os homens, apresenta maior expressão estatística nas cidades de Ferrol (17,6%), Vilagarcia de Arousa (15,9%), Vigo (14,7%) e Corunha (13,9%).

Relativamente aos indicadores educativos, e considerando apenas a população com 16 e mais anos, os baixos níveis de analfabetismo são, certamente, um primeiro dado a destacar no conjunto das cidades do Eixo Atlântico. A cidade que se apresenta melhor posicionada a este nível parece ser a Corunha (0,9%) e a pior posicionada Vilagarcia de Arousa (1,6%). Por outro lado, se se considerar a percentagem da população com menos de cinco anos de escolaridade, os valores que se registam são, pelo contrário, expressivos de um nível de iliteracia. Neste caso, pode-se atender aos valores registados nas cidades de Monforte de Lemos (14,4%), Ourense (10,9%) e Lugo (10,1%). Igualmente, a percentagem de indivíduos que não completam a escolaridade obrigatória (ESO ou EXB completo) é, para o ano de 2001, extremamente significativa na maioria das cidades. Quer isto dizer que a questão do abandono escolar se apresenta como uma realidade de contornos sociais a merecer, da parte dos municípios, além de todos os outros parceiros sociais intervenientes no processo educativo em sentido amplo, uma atenção redobrada. As percentagens localizam-se acima dos 20%, com apenas duas excepções: Corunha (17,1%) e Santiago de Compostela (19,3%). Em consequência, compreendem-se as relativas baixas percentagens dos que completam o ensino básico obrigatório (duração de 16 anos) comparativamente aos valores registados para as cidades do Norte de Portugal.

Políticas sociais no Eixo Atlântico

Quadro: Indicadores de caracterização das Cidades de Galiza – Espanha.

Cidades	Corunha	Ferrol	Monforte de Lemos	Ourense	Lugo	Pontevedra	Vigo	Vilagarcia de Arousa	Santiago de Compostela
Indicadores Territoriais									
Nº de Habitantes (2001)	236379	77950	19091	107510	88414	74942	280186	33496	90188
Densidade Populacional hab/km2 (2001)	6.286,7	943,7	95,7	1.272,3	268,1	604,4	2.530,8	741,6	408,8
Indicadores Demográficos									
Índice de envelhecimento (2001)	115,5	124,7	170,3	95,9	97,3	73,1	79,1	80,3	82,4
Taxa bruta de natalidade (2001)	8,07	6,45	6,2	6,7	7,8	8,9	8,5	7,9	7,5
Indicadores Económicos									
Taxa de actividade H/M (2001)	53,4	46,7	44,7	52,1	54,2	54	55,3	53,4	56,1
Taxa de Desemprego H/M (2001)	13,9	17,6	13,4	12,9	12,4	12,2	14,7	15,9	12,2
Indicadores Educacionais (População com 16 e mais anos)									
Taxa de analfabetismo (2001)	0,9	1	1,3	1,2	1,4	1,1	1	1,6	1,4
% População com menos de 5 anos de escolaridade (2001)	6,5	8,1	14,4	10,9	10,1	7,2	8,4	9,2	9,2
% População sem completar o bacharelato elementar, ESO ou EXB (2001)	17,1	22,8	28,9	22	20	22	23,3	21,1	19,3
% População com bacharelato elementar, ESO ou EXB completo (2001)	29,1	28,6	23,3	24,2	26,6	26,4	26,9	36,4	23
% População com bacharelato superior (2001)	16,6	14,5	12,4	16,9	14,8	17,1	14,8	12	14,9
% População com FPI, FP de grau médio e superior (2001)	10,3	9,6	9,4	7,9	9,1	8,2	10,6	8,1	9,1
% População com ensino técnico (2001)	8,9	7,8	5,3	8,9	9,8	8,6	7,2	6,1	9,1
% População com ensino superior e doutoramento (2001)	10,5	7,6	5	8	8,4	9,3	7,9	5,6	14

Fonte: I.G.E. Elaboración propia a partir de INE - Censos de poboación e vivendas 2001 (Informação municipal)

Quanto à importância dos itinerários escolares alternativos, além daquele que permite aceder directamente ao ensino superior universitário, as percentagens de indivíduos com cursos formais de grau médio e superior e de ensino médio são muito mais expressivas e significativas no contexto das cidades da Galiza, ao contrário do que acontece com as cidades vizinhas. Também se compreende, em certa medida, que os valores registados de nível de ensino superior universitário e doutoramento sejam relativamente mais baixos. Com efeito, Monforte de Lemos e Vilagarcia de Arousa registam apenas 5% e 5,6%,

respectivamente, da sua população com o nível de estudos mais elevado. Apenas Santiago de Compostela e Corunha apresentam percentagens acima dos 10%.

De um modo geral, podemos diagnosticar certas cidades que tendem a acumular um conjunto de debilidades ou pontos frágeis nas suas dinâmicas de desenvolvimento municipal, corroborando o cenário das assimetrias intrarregionais já traçado (Azevedo, 2004; Silva e Cardoso, 2004).

3.2. Acção municipal na área sócio-educativa.

Apesar de as competências dos municípios consagradas pela lei, do lado português, se centrarem nos jardins-de-infância e na educação básica do 1º ciclo e se limitarem à questão de apoio aos transportes, importa registar os esforços da acção municipal no sentido de complementar o ensino curricular e extra curricular. Nesse sentido, de um modo geral, os municípios podem desenvolver vários programas de acção sócio-educativa nos seguintes domínios: *i)* na educação pré-escolar, básica do 1, 2 e 3 ciclos, secundária; *ii)* na ocupação dos tempos livres; *iii)* no combate à info-exclusão; *iv)* e no apoio a crianças/ jovens com necessidades especiais.

De forma transversal, e apesar de alguns destes domínios envolverem, além dos municípios, outros parceiros sociais, públicos ou privados, na sua efectiva realização, poder-se-á, desde já, dizer que se registam diferenças significativas no contexto das cidades que integram o Eixo Atlântico. Estas diferenças podem, em certas situações, reforçar ou atenuar outras que têm vindo a ser assinaladas ao longo deste capítulo no que diz respeito às questões sócio-educativas e às transformações em curso.

A procura de soluções ou modelos organizativos adequados quer às escolas de maior dimensão, quer às mais pequenas ou isoladas, tem sido conseguida, em parte, através da realização dos agrupamentos escolares e, igualmente, pelo levantamento de necessidades educativas mediante a realização de *cartas escolares concelhias*. Com base no Art.º 2º do D.L. nº. 115-A/98, definem-se os Conselhos locais de educação para o caso português, pelo que é “da iniciativa do município que serão criadas as estruturas de participação dos diversos agentes e parceiros sociais com vista à articulação da política educativa com outras políticas sociais, nomeadamente em matéria de apoio sócio-educativo, de organização de actividades de complemento curricular, de rede, horários e de transportes escolares”. Trata-se, no essencial, de contemplar o cumprimento das competências e responsabilidades em matéria educativa, respeitando a autonomia das escolas¹⁴, sua diversidade e identidade próprias.

Como exemplo da actuação camarária ao nível da implementação da Carta Escolar, refira-se a avaliação positiva realizada pelas cidades de Peso da Régua e Chaves, em contraste com a cidade de Vila Nova de Gaia, que declara ser ainda insuficiente a actuação a esse nível.

¹⁴ Tal como está consagrado no DL nº 115-A/98 para o caso português e, de modo mais vinculativo, para as Comunidades Autónomas de Espanha.

A administração local da Galiza prescreve, igualmente, um conjunto de responsabilidades municipais relativas aos centros escolares e ao sistema educativo, de acordo com a Lei 5/1997, Art.º 80º, nomeadamente, “a participação na programação da educação e a cooperação com a administração educativa na criação, construção e manutenção dos centros docentes públicos, a intervenção nos órgãos de gestão e a participação na vigilância do cumprimento da escolaridade obrigatória”.

Estas duas passagens têm em comum o facto de se valorizar e incentivar a participação municipal na educação. Porém, não podemos deixar de considerar que este desafio pressupõe maior capacidade de planificação e coordenação ao nível municipal no que diz respeito à concretização dos objectivos.

Pela consulta dos organogramas, a maioria deles disponibilizados nos *sítes* das respectivas câmaras¹⁵, pode verificar-se que, do lado de Portugal, quase todos se subsumem na divisão de “Educação e Desporto”, integrando, por sua vez, um departamento mais abrangente relativo à “Educação, Desporto, Cultura e Turismo”. São os casos das cidades de Braga, Porto, Viana do Castelo e Vila Nova de Gaia, sendo que, neste último município, a educação se encontra sob alçada da “Direcção Municipal de Desenvolvimento e Qualidade de Vida”. Num outro contexto mais convencional, as questões da educação estão integradas no “Departamento Sócio-Cultural”. Como exemplos, temos os municípios de Bragança ou de Chaves. O município de Vilagarcia de Arousa apresenta, por exemplo, a delegação da “Educação e Mulher”, para além de outras como “Desportos e juventude”, “Formação e Emprego”. Igualmente, o concelho de Monforte de Lemos tem várias comissões informativas que elaboram estudos e formulam propostas sobre várias áreas, entre as quais se destaca a “Comissão de Educação, Cultura e Novas tecnologias”.

Corunha e Ourense, municípios com uma densidade populacional das mais significativas na região de Galiza, apresentam uma dimensão organizacional da educação relativamente definida. No caso de Corunha o “Serviço Municipal de Educação” tem competências na manutenção dos centros públicos de educação infantil e primária e na implementação de diversos programas educativos complementares sob a designação de “Aprender em Corunha”. Por sua vez, no município de Ourense, o “Departamento Educação, Universidade, Bibliotecas, Juventude, Voluntariado e Consumo” tem uma gama extremamente significativa de programas educativos em curso no ano 2003/04, que iremos aprofundar mais adiante.

De um modo geral, pode-se inferir que a dimensão organizacional da acção educativa na maioria das cidades do Eixo Atlântico se encontra distribuída por vários pelouros que incluem o da acção social, o da gestão das infra-estruturas e do património municipal (v.g. equipamentos e edifícios concelhios), o da formação e emprego, o da igualdade da mulher, entre outros. A questão da coordenação das diferentes áreas e outros agentes educativos afigura-se, conseqüentemente, como central. Esta informação poderá ser corroborada tendo em conta as informações recolhidas pelo inquérito por nós realizados. Com efeito, as acções sócio-educativas programadas nos seus diferentes níveis pertencem a vários pelouros. A este propósito, retenha-se o caso da cidade de Pontevedra que indicou uma grande diversidade de pelouros (cf. Anexo III: Quadro 1).

¹⁵ Apesar de alguns dos *sítes* se encontrarem em manutenção.

Na base daqueles pelouros, a prioridade de actuação camarária tem estado centrada, por um lado, na manutenção e reparação dos edifícios escolares e, por outro, na promoção de programas educativos de apoio nos diferentes níveis escolares. Praticamente todas as cidades que responderam ao inquérito apontaram como sendo essas as áreas prioritárias de actividade camarária. No caso de Vigo, o responsável considerou que a área do apoio à educação pré-escolar e básica obrigatória tem sido considerada como de menor prioridade na actuação camarária.

Além destas iniciativas ao nível do apoio à educação pré-escolar e básica obrigatória, em certas cidades têm estado presentes, igualmente, outras práticas consideradas como áreas com prioridade, como sejam:

- subvenção de livros;
- serviço de refeições;
- prolongamento de horário e componente de apoio à família;
- fomento de actividades lúdico-educativas;
- ocupação de tempos livres.

A avaliação da actuação municipal quanto ao grau de cumprimento das várias responsabilidades foi realizada mediante a indicação de uma “escala de apreciação” que vai do “excelente” ao “insuficiente” (simbolizada numa escala de 5 a 1). Iremos considerar as respostas mais expressivas das tendências de actuação municipal no sentido de destacar as áreas mais intervencionadas e as que se apresentam mais debilitadas¹⁶.

De um modo geral, a actuação na reparação, manutenção, limpeza e vigilância dos estabelecimentos educativos públicos (v.g. jardins de infância escolas do ensino básico obrigatório) é considerada “excelente” no concelho de Pontevedra e de Vigo, “boa” nos concelhos de Vilagarcia de Arousa, Lugo, Santiago de Compostela, Peso da Régua, Chaves, Guimarães e Bragança e “suficiente” nos concelhos de Ferrol, Monforte de Lemos e Vila Nova de Gaia.

Igualmente ao nível da avaliação da rede de transporte escolar, os concelhos de Bragança e Guimarães consideram-na “excelente”, Chaves, Vila Nova de Gaia e Peso da Régua, “boa”, sendo que Pontevedra a avalia como “suficiente”. Para os outros concelhos não se obteve informação. Igualmente relevante, do lado de Portugal, é a ausência de informação relativa à implementação da *Carta Educativa* por parte dos

¹⁶ Na apresentação dos resultados do Inquérito não estão incluídos os elementos referentes à cidade do Porto. Tal deve-se ao facto de o Inquérito, devidamente preenchido, não ter sido disponibilizado em tempo útil para a realização deste trabalho. No entanto, é de referir que foi concedida um entrevista a um membro da equipa do projecto por parte da Dr^a Graça Lage (assessora do vereador da educação da Câmara Municipal do Porto) e da Dr^a Manuela Rezende (directora do Departamento de Educação e Juventude da Câmara Municipal do Porto) na qual se recolheu alguma informação pertinente, embora complementar à informação do Inquérito.

municípios de Vila Nova de Gaia, Guimarães e Bragança, sendo que a legislação que regulamenta os conselhos municipais de educação e aprova o processo de elaboração de carta educativa é de 15 de Janeiro de 2003 (D.L n.º. 7/2003).

Quanto à política de subsídios (v.g. livros, refeições), os responsáveis pela acção sócio-educativa das cidades de Peso da Régua, Bragança e Vila Nova de Gaia declaram uma actuação “boa” a esse nível, excepto Guimarães que declara ter uma actuação “excelente” e Chaves, mais modesta, declara apenas “suficiente”. Já no caso da Galiza, a avaliação feita não se apresenta tão consensual. Os que a consideram excelente e boa são oriundos dos municípios de Vilagarcia de Arousa, Lugo e Santiago de Compostela. Pelo contrário, a percepção de que a actuação tem sido relativamente insuficiente a esse nível é-nos sugerida por Corunha e Monforte de Lemos, sendo considerada suficiente no caso de Vigo. Parte da explicação para esta avaliação terá de ser encontrada na própria configuração do quadro administrativo e político diferente que enquadra as duas regiões.

Por outro lado, perante a complexidade dos problemas que a educação encerra nas sociedades contemporâneas e em rápida transformação, a actuação camarária tem sido caracterizada também pela promoção e incentivo à participação de outros agentes educativos, de outros parceiros sociais, públicos e privados. Nesse sentido, são enumeradas as várias instituições, com diferentes estatutos e alcance, com as quais os municípios têm, regularmente, trabalhado nas diferentes áreas.

Apesar desta panóplia de diferentes parceiros sociais, poder-se-á sugerir que, numa análise global, a classificação da actuação dos principais intervenientes, em particular do empenho da comunidade escolar (v.g. pais, professores, escola) na educação pré-primária e educação básica obrigatória, é satisfatória e, em muitos concelhos, boa. Num ou noutro caso, é classificada como “excelente”, como refere, por exemplo, Ferrol. Em situação de referência a uma classificação “pouco satisfatória” temos o concelho de Vilagarcia de Arousa. Outros concelhos optaram por não responder a essa questão. Ao nível do ensino secundário e do combate à info-exclusão, a maioria dos municípios consideram-na “satisfatória”.

Cenário relativamente diferente é o que se prende com o envolvimento da comunidade e o estabelecimento de parcerias ao nível da Formação Profissional, que é considerada “pouco satisfatória”, ou da Ocupação dos Tempos Livres, ou, ainda, a do apoio a crianças/jovens com necessidades especiais, em particular no caso da Galiza.

Sendo estas redes de parcerias fundamentais na implementação e dinamização de projectos promovidos no quadro da acção educativa (cf. Anexo III: Quadro 2), a avaliação das condições consideradas necessárias centra-se num conjunto de requisitos, tais como: dotação de orçamentos adequados, disposição de equipamentos específicos, afectação de recursos humanos, maior envolvimento ou empenho da Comunidade Escolar (v.g. pais, professores, escola) e mais redes de participação cidadã. Além destas referências, importa destacar as referências sobre a maior “consciência política para planear políticas integradas” (Santiago de Compostela), a “vontade política e consenso” (Vigo), o “maior interesse do Ministério da Educação e da Segurança Social” a par de uma “maior intervenção e poder reivindicativo da Associação Nacional de Municípios Portugueses” (Vila Nova de Gaia), “Existência de uma parceria

dinâmica, uma rede de esforços conjunta de todas as instituições públicas e privadas” (Chaves) ou “Participação efectiva de todos na definição e implementação de uma política educativa” (Guimarães). Tais considerações estão intimamente associadas à percepção das dificuldades de actuação camarária.

Com efeito, das explicações avançadas refirmam-se, a título ilustrativo, as dificuldades de gestão dos orçamentos de “forma a garantir a viabilidade do projecto de desenvolvimento” no caso da cidade de Peso da Régua, ou a “falta de verbas para a construção de equipamentos” no concelho de Bragança. Além de referências aos constrangimentos resultantes da escassez de orçamentos e de recursos humanos, nomeadamente nos concelhos de Ferrol, Santiago de Compostela e Monforte de Lemos, importa destacar a referência explícita, mais uma vez, às dificuldades de actuação devido, em grande medida, à descoordenação, desconhecimento e falta de clareza de competências dos diferentes serviços no domínio da educação. Por exemplo, a Câmara de Guimarães reconhece além de constrangimentos financeiros na sua actuação no quadro sócio-educativo a existência de “normativas não regulamentadas e/ou desactualizadas”. Estes aspectos são igualmente indicados pelas câmaras de Pontevedra, Santiago de Compostela, Monforte de Lemos, Vigo e Vila Nova de Gaia.

4. Promoção de programas educativos.

Ao longo do ponto precedente fizemos uma caracterização das principais linhas de actuação sócio-educativa das cidades que integram o Eixo Atlântico. A promoção de programas educativos complementares à acção educativa nos diferentes níveis de ensino, bem como o incentivo da aprendizagem ao longo da vida (*long life training*) dos cidadãos, permitem-nos destacar quais as principais áreas de intervenção municipal.

4.1. Prevenir e combater a Info-exclusão.

Uma das vertentes de actuação municipal tem sido a de combater a info-exclusão, isto é, a de promover a difusão e a aprendizagem das novas tecnologias de informação e de comunicação (TIC), respondendo, deste modo, aos objectivos da política comunitária traçados para 2010.

Do lado de Portugal, são vários os projectos em curso nessa área: “Internet nas Escolas”, “Apoio às Escolas. Trás-os-Montes-Digital”, “Navegar, navegar...” e cursos de “Internet para Jovens”.

No caso da cidade de Braga, a continuação do projecto “Internet” nas escolas passa, presentemente, pela dinamização de uma unidade de apoio para a reparação de avarias informáticas e para o incentivo da utilização do correio electrónico como forma de comunicação da Escola com a Câmara. O projecto “Apoio às Escolas. Trás-os-Montes-Digital”, patrocinado pelo Ministério da Ciência e da Tecnologia, integrado no programa Portugal Digital, é desenvolvido pelas cidades de Bragança e de Vila Real. Este projecto visa promover a familiarização da comunidade escolar com as novas tecnologias. Estão abrangidas todas as escolas dos municípios aderentes ao Trás-os-Montes Digital-SCETAD, envolvendo toda a comunidade escolar. Surgiu um portal – “Espiguiinha” de fácil utilização, onde se encontram alguns sítios de interesse, quer para os professores, quer para os alunos (www.espigueiro.pt/espiguiinha). Além disso, foi concebido um

manual – “O B-A BA da Internet” - de apoio à utilização da Internet. Do conjunto de recursos utilizados, importa referir a existência de uma equipa de sensibilização, dinamização e formação constituída por onze formadores e três técnicos. Concretamente, pretende-se:

- evitar a info-exclusão,
- aproximar os professores e alunos através do intercâmbio de escolas;
- motivar professores e alunos para a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação;
- promover a adesão e utilização da Internet na comunidade de Trás-os-Montes e Alto Douro;
- quebrar barreiras de espaço e de tempo, ligando as escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico do interior ao mundo que as rodeia;
- sensibilizar e formar os professores das cerca de oitocentas escolas dos municípios aderentes, realizando, para o efeito, acções de sensibilização, dinamização, promoção e formação.

O projecto de animação de informática “Navegar, navegar...”, desenvolvido pela Câmara Municipal de Viana do Castelo, apresenta como objectivos específicos, entre outros, os seguintes:

- integrar as Novas Tecnologias da Informação nas aprendizagens escolares;
- introduzir o computador como instrumento, através do recurso a jogos pedagógicos;
- diversificar as fontes de informação à disposição das escolas;
- actualizar regularmente a página Web do Projecto como forma de comunicação e intercâmbio de ideias e aprendizagem com os jardins de infância e escolas do 1º ciclo;
- contribuir para a articulação inter-escolas através de projectos comuns;
- contribuir para a formação de docentes adaptados às exigências actuais, nomeadamente no domínio da integração das TIC em contexto educativo;
- divulgar trabalhos de investigação científica e programas de apoio destinados a crianças e/ou professores dos ensinos pré-escolar e 1º ciclo do ensino, que tenham por base tecnologias educacionais.

Os seus principais destinatários são alunos e educadores de infância/professores do 1º ciclo. Através da articulação entre as práticas das salas de aulas e a formação de professores, pretende-se conseguir as plataformas necessárias para uma gestão dos currículos que, levando em conta as TIC, permitam uma melhoria significativa de todo o processo ensino-aprendizagem. Neste âmbito, será considerado o equipamento multimédia já existente nos jardins-de-infância/escolas do 1º ciclo do concelho e/ou o que

poderá ser adquirido ao longo deste ano lectivo. Em termos de recursos humanos, o projecto conta não só com uma Educadora destacada pela Câmara Municipal e com a disponibilidade de Educadores de Infância, professores do 1º ciclo e auxiliares de acção educativa das escolas participantes, como também com o apoio e/ou parecerias com instituições, nomeadamente a uARTE (Unidade de Apoio à Rede Telemática e Educativa), a FCCN (Fundação para a Computação Científica Nacional), o Centro de Formação de Professores de Viana do Castelo, o Instituto Politécnico de Viana do Castelo, entre outros.

Os cursos de “Internet para Jovens”, desenvolvidos pelo gabinete da Juventude da Câmara Municipal do Porto, destinam-se a jovens dos 10 aos 18 anos, ao abrigo de um protocolo “ad hoc” estabelecido com a Fundação para o Desenvolvimento das Tecnologias de Informação. Denominadas “Geração Millenium”, estas acções de formação arrancaram no início do ano e têm 10 horas de duração (nível I) nos dias úteis entre as 10 e as 13h00 e entre as 14 e as 18h00, sendo totalmente gratuitas.

Em relação aos projectos desenvolvidos na Galiza, importa destacar alguns que se apresentam extremamente importantes a este nível. Um deles é, justamente, o “Ciberlingua 2003-2004”¹⁷ (www.ciberlingua.org), que resulta da parceria de várias associações e concelhos da Galiza, entre os quais Ferrol, Santiago de Compostela, Pontevedra e Vigo. Pretende-se dinamizar em conjunto a comunidade escolar/ professores, pais, alunos, entre outros) e a aprendizagem da língua galega através das TIC. Os objectivos são:

- dar a conhecer as ferramentas e os recursos disponíveis em galego;
- promover a sua utilização em âmbito escolar;
- fornecer os conhecimentos necessários para criar novos recursos e ferramentas.

Com várias acções de formação presenciais (v.g. “Iniciação à Internet”, “Aplicações Didácticas Multimédia”, “Sessões de navegação” e “Animação Informática”), este projecto é acompanhado de recursos didácticos disponíveis para toda a comunidade na respectiva página *Web* (v.g. “Paquete de programas em CD” e “Navegádomos, o primeiro manual de iniciação à Internet”).

4.2. Programas de formação ao longo da vida.

De acordo com os dados disponíveis, é possível ver que as cidades portuguesas do Eixo Atlântico apresentam um leque pouco diversificado de programas na área da formação profissional. Como tal, foi possível aceder a informações sobre os programas de formação profissional das cidades de Braga, Porto e Vila Nova de Gaia.

¹⁷ A primeira edição realizou-se em 2001-02, tendo participado mais de 3500 pessoas (professores, pais, alunos, entre outros).

Assim, em 2002, a Câmara de Braga concedeu ao Ensino Recorrente apoio logístico e material para a efectiva concretização do seu projecto, elaborado de comum acordo com o Município numa perspectiva de formação contínua.

Estas acções de formação decorreram em Escolas do 1º. Ciclo e sedes de Juntas de Freguesia cedidas para o efeito e tiveram como objectivos: escolarização básica centrada em fugas à escolaridade, sobretudo em zonas de carência social; criação de bolsas de informação social, promovendo a animação; ensino e promoção da língua e cultura portuguesas.

No mesmo período, a Câmara Municipal do Porto realizou 112 acções de formação profissional, 78 das quais destinadas aos seus quadros mais baixos ou médios (técnicos profissionais, administrativos e auxiliares, operários, bombeiros e polícias municipais) e 34 aos quadros dirigentes e técnicos superiores. Com esta iniciativa, a autarquia pretendeu aumentar as competências profissionais dos seus funcionários que, na sua maioria, possuem um nível de escolaridade baixo. Os cursos de formação abrangeram as mais diversas áreas – informática, higiene e segurança no trabalho, relacionamento interpessoal, entre outras – e realizaram-se em regime laboral e pós-laboral.

Tal como a cidade de Braga, a cidade Vila Nova de Gaia promove em 2004/2005 um programa no âmbito do Ensino recorrente. Este programa abrange um conjunto de actividades educativas que se processam fora do sistema de ensino. Visa, numa perspectiva de Educação permanente, a globalidade e a continuidade da acção educativa.

Entre os seus principais objectivos, destacam-se: *i)* a eliminação do analfabetismo; *ii)* a contribuição para uma efectiva igualdade de oportunidades educativas e profissionais dos que não frequentaram o ensino regular na idade própria ou o abandonaram precocemente; *iii)* o favorecimento de uma atitude de solidariedade social e de participação na vida da comunidade; preparação para o emprego, através da reconversão e aperfeiçoamento; *iv)* o desenvolvimento de aptidões tecnológicas; *v)* e, ainda, a ocupação de tempos livres.

De um modo geral, este programa será composto por vários tipos de actividades: *i)* os cursos de alfabetização que têm principalmente como objectivos o combate ao analfabetismo literal e funcional; *ii)* os cursos de actualização que visam, fundamentalmente, o combate ao analfabetismo regressivo e a actualização de conhecimentos escolares e/ou outros; *iii)* os cursos sócio-educativos orientados, fundamentalmente, para a formação cultural ou cívica; *iv)* os cursos socioprofissionais vocacionados para a formação para o trabalho; *v)* o apoio a Bibliotecas de Pequena Comunidade; *vi)* e, ainda, o apoio a associações que envolvam acções de Educação de Adultos.

Ao contrário do que se verifica nas cidades portuguesas, as cidades da Galiza colocam ao dispor da população um conjunto mais diversificado de programas de formação profissional.

Assim sendo, a Corunha é um dos municípios da Galiza que apresenta uma grande e diversificada oferta de programas na área da formação profissional.

Por exemplo, o programa *Descobrir o Mundo* é composto por dois subprogramas: Aprender nos EUA e Aprender na União Europeia. O subprograma Aprender nos EUA consiste numa oportunidade dos alunos realizarem um bacharelato nos EUA no ano lectivo de 2005/2006, vivendo no seio de uma família norte-americana e estudando numa Universidade deste país. O objectivo deste programa é o de permitir que os alunos da Corunha aprendam o Inglês como a sua segunda língua, bem como tenham um conhecimento profundo da cultura dos EUA.

De igual modo, o subprograma Aprender na União Europeia, previsto para 2005, tem como objectivo específico a aproximação dos alunos e dos cidadãos, em geral, da Comunidade Europeia, das Regiões Transfronteiriças e da Euro-região do Eixo Atlântico. Este subprograma consiste em sessões de esclarecimento que abordam vários temas, tais como: a história das relações entre a Galiza e o Norte de Portugal, a cooperação transfronteiriça e inter-regional e um balanço das iniciativas culturais, desportivas e ambientais do Eixo Atlântico.

Além destas iniciativas, este subprograma vai contar com um intercâmbio escolar Corunha-Porto que consiste em visitas de estudo nas quais é dada a conhecer aos alunos da Corunha a cultura da região do Norte de Portugal, mais concretamente a cidade do Porto, através de convívios entre os alunos da Corunha e os do Porto. Esta iniciativa está prevista para Maio de 2005.

Além destes, o município da Corunha tem um projecto intitulado *Descobrir a Participação* que está dividido em dois subprogramas: o primeiro consiste na organização das Jornadas de Participação Escolar e destina-se, especialmente, aos representantes municipais nos conselhos escolares de centros públicos (RRMM), tendo como objectivo que estes últimos realizem as suas funções com eficácia; o segundo, consiste num programa de colaboração entre o município da Corunha e o Centro Municipal de Informação Juvenil, que visa a gestão de “mini-centros de informação” nos Centros Públicos do Ensino Secundário. Esta iniciativa pretende difundir a informação disponível no Centro municipal de Informação juvenil junto dos alunos.

O projecto *Descobrir a Corunha* trata de acções de esclarecimento sobre todos os aspectos culturais, geográficos, climatéricos e económicos relevantes da Corunha. Através deste projecto, pretende-se que os alunos adquiram conhecimentos específicos sobre a região e desenvolvam atitudes de educação cívica. Esta iniciativa tem com eixo central a aproximação da Escola à Cidade da Corunha e a tudo o que a rodeia.

Inserido no âmbito dos programas de orientação profissional, foi implementado na Corunha o programa *Descobrir os Estudos*. Tal como noutros programas de orientação e informação profissional, este programa consiste em acções informativas sobre a enorme variedade de opções de estudos e as suas saídas profissionais. Destina-se principalmente aos alunos que estão a terminar a E.S.O (Educação Secundária obrigatória), o Bacharelato ou um curso de Formação Profissional.

O programa *Transição Escola Vida Activa*, como o nome indica, consiste num programa de inserção profissional. Esta iniciativa pretende estabelecer uma ponte entre a Escola e o mundo laboral. Visa, assim, a

criação de uma Rede integrada de informação e orientação em matéria de emprego entre a Câmara da Corunha e os Centros Educativos Públicos da cidade.

No município de Ourense também é possível encontrar dois programas na área da formação profissional. O *Proxecto Aloumiño* trata-se de um projecto de inserção sócio-laboral do concelho de Ourense que visa a inserção ou reinserção profissional das franjas mais desfavorecidas da sociedade. O Projecto Europeu *Cultura@Civitas* consiste num itinerário de formação e inserção laboral principalmente orientado para as mulheres e que tem como objectivos a procura da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres e a promoção de iniciativas empresariais nas áreas da cultura, ócio e turismo de contornos locais.

Para finalizar, o programa de Educação de adultos, organizado pelo Departamento da Educação, Juventude, Mulher e Serviços Sociais do município de Santiago de Compostela. Este programa designa-se *Aprender a conviver* e oferece aos diferentes intervenientes da Comunidade educativa dos Ensinos Infantil e Primário uma série de recursos para construir uma convivência mais respeitosa e saudável, sem discriminações ou violências. Os centros que se inscrevem neste programa recebem um serviço de mediação de conflitos e algum material didáctico de apoio. Também são organizadas actividades para os professores, alunos, etc.

4.3. Alguns estudos de casos.

4.3.1. Vila Real e Chaves.

Os concelhos de Vila Real e de Chaves localizam-se no interior de Portugal, como já vimos no ponto precedente, apresentando perfis na área sócio-educativa muito semelhantes.

Vila Real é sede de concelho e capital de distrito, sendo constituída por 30 Freguesias: Abaças, Adoufe, Andrães, Arroios, Borbela, Campeã, Constantim, Ermida, Folhadela, Guiães, Justes, Lames, Lamas de Ôlo, Lordelo, Mateus, Mondrões, Mouços, Nogueira, Nossa Senhora da Conceição (urbana), Parada de Cunhos, São Miguel da Pena, Quintã, São Dinis (urbana), São Pedro (urbana), São Tomé do Castelo, Torgueda, Vale de Nogueiras, Vila Cova, Vila Marim e Vilarinho da Samardã.

Em termos de localização geográfica, Vila Real afasta-se aproximadamente 85 quilómetros, em linha recta, do Oceano Atlântico, que lhe fica a Oeste, 15 quilómetros do rio Douro, que lhe corre a Sul, e, para Norte, cerca de 65 quilómetros da fronteira com a Galiza, Espanha. Apesar da sua dimensão urbana, o concelho mantém características rurais bem marcadas, com o predomínio de dois tipos de paisagem: a zona mais montanhosa das Serras do Marão e do Alvão, separada pela terra verdejante e fértil do Vale da Campeã, e, para o Sul, com a proximidade do Douro, os vinhedos em socalco.

A população do concelho ronda os 50.000 habitantes para uma área de cerca de 370 km², tendo registado, nos últimos cinco anos, um aumento da população residente. O aumento significativo dos nascimentos e a diminuição do número de óbitos poderá estar na origem do aumento da população residente no ano de 2001. De um modo geral, não se verificam importantes alterações na população residente em termos da

composição etária. Assim, no concelho de Vila Real verifica-se a tendência geral de aumento do grupo etário dos 25 aos 64 anos. Importa contudo salientar um aumento da faixa etária dos 0 aos 14 anos o que está relacionado com o significativo aumento da taxa de natalidade.

Quanto ao número de estabelecimentos, pode-se dizer que, em todos os graus de ensino permanece quase inalterado no período de 1995-2002. Pelo contrário, o número de alunos diminui na quase totalidade de graus de ensino para esse período de tempo, sendo acompanhado por um aumento no número de docentes. A única exceção reside na tendência inversa relativamente aos alunos do ensino superior, cujo número aumenta significativamente em igual período.

Tal como noutros concelhos, a tendência para a diminuição de alunos, acompanhada pelo aumento do número de docentes, tem vindo a exigir esforços adicionais no planeamento e gestão do sistema escolar ao nível dos jardins-de-infância e da escolaridade obrigatória. Nesse sentido, a elaboração da *Carta Educativa*, que referimos no ponto anterior, constituirá um importante instrumento de gestão da rede de infra-estruturas de educação e ensino à procura previsível nos próximos anos, integrando-se num processo de planeamento mais vasto. O facto de se proceder ao diagnóstico de situações de carência ou de excesso de oferta, de conhecimento do parque escolar e dos equipamentos disponíveis, permite enquadrar a acção municipal. Segundo o responsável pela Educação, a carta educativa está já elaborada, aguardando o parecer da DREN, que é vinculativo, para se passar à sua implementação.

Nesse sentido, está previsto o encerramento das escolas na zona rural deste Concelho, o respectivo agrupamento em seis centros escolares de média dimensão (capacidade para 250 a 300 crianças), ao contrário do que se passará com as escolas no centro da cidade. Quanto à obrigatoriedade de se respeitarem as distâncias e tempos máximos de percursos escolares (15km/30 minutos), considera-se que, com a constituição daqueles centros escolares, estarão salvaguardados esses requisitos.

Apesar dos constrangimentos orçamentais e de recursos humanos, o concelho de Vila Real tem vindo a proceder a um conjunto de iniciativas sócio-educativas importantes. Através da delegação de competências prevista pela lei, desde 1998 as Juntas de Freguesia têm-se responsabilizado pela provisão de aquecimento adequado em todos os estabelecimentos de ensino: até três salas, colocaram aparelhos individuais (salamandras); com mais de três salas, utiliza-se o aquecimento central e prevê-se a utilização do gás natural. Igualmente, a questão da segurança nas escolas, que se tem revelado num problema com crescente visibilidade social, tem levado a que se proceda ao gradeamento e vedação de alguns parques escolares.

Quanto à rede de transporte escolar, a Câmara tem uma política de cobertura total do seu território, conjugando as áreas de influência pedagógica das Escolas do Concelho com os transportes públicos e com circuitos particulares. Com efeito, segundo a Lei nº 159/99, de 14 de Fevereiro, compete à Câmara Municipal, no que se refere à rede pública, assegurar os transportes escolares no Concelho. Neste caso, garante o transporte escolar gratuito do 1º ao 9º ano da Escolaridade Básica e a comparticipação em 50% do custo do transporte escolar para o ensino secundário. Além disso, disponibiliza carrinhas de 9 lugares e duas viaturas preparadas para o transporte de crianças com necessidades educativas.

Sendo que os jardins-de-infância e as escolas básicas do 1º ciclo não possuem cantinas próprias, a estratégia da Câmara tem sido a de garantir esse apoio recorrendo aos serviços externos, como sejam os centros paroquiais e as escolas básicas do 2º e 3º ciclos que tenham cantinas e garantindo, igualmente, o respectivo transporte.

A componente de apoio à família está regulamentada pela Lei-quadro da Educação Pré-Escolar, no seu ponto 1, do Art. 12º, que determina que “os estabelecimentos de educação pré-escolar devem adoptar um horário adequado para o desenvolvimento das actividades pedagógicas, no qual se prevejam períodos específicos para actividades educativas, de animação e de apoio às famílias, tendo em conta as necessidades desta” (Lei nº 5/97, de 10 de Fevereiro). As actividades de apoio à família integram todos os períodos que estejam para além das 25 horas lectivas e que, de acordo com a lei, sejam definidos com os pais no início do ano lectivo. Neste caso, são considerados, sempre que se justifique, um horário que integre os períodos relacionados com as entradas, os almoços, os tempos após as actividades pedagógicas e os períodos de interrupções curriculares. Nesse sentido, sempre que solicitado pelos pais e mediante “declarações patronais”, a Câmara cobre as despesas relacionadas com o prolongamento do horário e com as refeições (além de compartilhar o material de suporte para a refeição e equipamento)

No âmbito de uma política educativa solidária e em parceria com os agrupamentos de escola, fornece, igualmente, material escolar diverso e manuais escolares a famílias carenciadas (escalões A e B).

De um modo geral, não se verifica abandono escolar, pelo menos no que diz respeito à escolaridade obrigatória, incluindo as zonas rurais. Por outro lado, além das seis escolas profissionais existentes (privadas e públicas), regista-se em quatro localidades o Ensino Recorrente (Educação de Adultos), em regime nocturno. O perfil desses estudantes é relativamente compósito, entre jovens trabalhadores e pessoas com mais idade.

Os projectos de promoção educativa que se têm desenvolvido de forma pontual são os apoios concedidos aos projectos educativos dos agrupamentos de escola. Nos tempos extra-curriculares, a Câmara tem vindo a patrocinar a actividade de natação, transportando as crianças das zonas rurais. Além disso, patrocina financeiramente a publicação de um “Jornal Inglês” (Escola Diogo Cão EB 2, 3) e as iniciativas das associações de estudantes da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD). Além disso, são iniciativas já recorrentes a realização da “Feira do Livro”, a “Semana da Criança” e “O desfile de Carnaval”, subsidiando o transporte, a alimentação e as despesas com materiais perecíveis.

Quanto à promoção da info-exclusão, como já referimos, também integra o projecto “Apoio às Escolas. Trás-os-Montes-Digital”, patrocinado pelo Ministério da Ciência e da Tecnologia. Quase todos os jardins-de-infância e todas as escolas básicas estão ligadas à Internet, pretendendo-se futuramente substituir o sistema RDIS existente pelo de banda larga de modo a incentivar a comunicação *on-line*, seja no preenchimento de formulários, seja no sistema livre de envio de mensagens. Nesse sentido, a candidatura ao Prodep III irá permitir, em 2005, o equipamento informático de 60 salas, sendo o *Kit* constituído por um computador, impressora e softwares educativos.

Para o ano 2005, a Câmara pretende seguir as mesmas linhas de actuação que pautaram a sua acção até aqui: continuar a preocupar-se com a melhoria das condições do parque escolar, equipar e manter em bom funcionamento os equipamentos e o material informático, realizar as iniciativas previstas e apoiar as que se apresentarem. Ela reconhece que uma das maiores dificuldades ao nível da acção no apoio sócio-educativo reside na “pouca sensibilidade” que por vezes existe nos serviços técnicos desta área e na persistência de alguns estereótipos entre os professores, nomeadamente a dificuldade em “saírem” do espaço das suas salas e trabalharem em parceria.

O concelho de Chaves está situado na região do Alto Tâmega, distrito de Vila Real. A cidade de Chaves é sede de concelho, que se distancia cerca de 64 km da capital de distrito Vila Real, ficando a oito km da fronteira com a Espanha. Confina a Norte com a Galiza - Espanha, a Este com os concelhos de Vinhais e Valpaços, a Sul com os concelhos de Vila Pouca de Aguiar e a Oeste com os concelhos de Montalegre e Boticas.

O Concelho abrange uma área próxima dos 600 km², sendo composto por 51 freguesias. No Concelho residem 43.667 habitantes, concentrados, fundamentalmente, na cidade e nas aldeias limítrofes, atingidas por processos de peri-urbanização e rurbanização. Os espaços mais marcados pela ruralidade aparecem à medida que se deixa o vale e se inicia a caminhada ao longo das encostas em direcção às terras altas, pois tendo o vale posição central no território concelhio é dominado por relevos graníticos e xistosos em seu redor, atingindo estes os 1000 metros de altitude.

Segundo os resultados obtidos nos Censos de 2001, tem-se registado um aumento ligeiro da população residente (1996-2001), repartindo-se esta da seguinte forma: 6 269 entre os 0 e os 14 anos, 6 251 entre os 15 e os 24 anos; 22 511 entre os 25 e 64 anos; e 8 636 idosos com mais de 65 anos. De 1996 a 2001 constata-se um aumento da população no grupo etário dos 25 aos 64 anos. Isto vai de encontro à tendência de envelhecimento da população que se regista no nosso país.

Com base nas informações da Carta Educativa (Junho 2003), Chaves dispõe de 38 estabelecimentos de educação pré-escolar (públicos e privados/ IPSS), sendo a taxa de cobertura da ordem dos 85%, se bem que 45% das freguesias não possuam qualquer estabelecimento, o que obriga a que as crianças sejam deslocadas para outras freguesias. De um modo geral, as principais diferenças entre a rede privada de estabelecimentos de educação pré-escolar e a rede pública, prendem-se com o facto de possuírem cantina, de disporem um horário de funcionamento alargado (das 8h às 19h) e de a maioria dos estabelecimentos se encontrar junto do centro administrativo e populacional do Concelho.

A rede de escolas do Concelho de Chaves, no ano lectivo de 2002/03, é composta por 147 escolas, das quais 135 (92%) pertencem à rede pública e 12 (8%) à rede não pública¹⁸. Algumas das escolas do 1º ciclo, devido ao reduzido número de alunos, são ocupadas por jardins-de-infância (já que as escolas de ensino mediatizado se encontram presentemente fechadas). A sua distribuição ao nível de freguesias é desigual, pelo que este desequilíbrio na oferta de estabelecimentos resulta da repartição geográfica da população

¹⁸ Importa referir que as infra-estruturas de ensino privado abrangem apenas o pré-escolar e 1º ciclo e o ensino profissional.

(concentrando-se nas freguesias de maior acessibilidade) e de uma rede escolar que não tem sabido acompanhar a desigual dinâmica demográfica. A taxa de retenção tem vindo a aumentar no 4º ano, sendo, em 2001/02, de 22%.

De um modo geral, o parque escolar apresenta algumas debilidades. A destacar, entre outros aspectos: o deficiente aquecimento devido à utilização de lenha e de mau isolamento das janelas; as casas de banho precisam de obras de restauro; falta de recreios cobertos, insuficiente apoio de material didáctico, ausência de refeitório e de transporte escolar eficiente.

O número de alunos nas Escolas Básicas do 2º e 3º ciclos tem vindo a descer, o que denota um envelhecimento das estruturas etárias do Concelho nas últimas décadas e uma incidência do fenómeno migratório nas camadas mais jovens. As taxas de retenção a este nível nos três últimos anos têm alguma expressão, sobretudo no 7º ano e 8º anos (aproximadamente 22%), o que poderá estar relacionado com o facto de se passar para outro nível de ensino.

No que diz respeito ao ensino secundário, com três estabelecimento a funcionarem na freguesia de Santa Maria Maior, regista-se uma variação pouco acentuada do número de alunos. As taxas de retenção são, porém, significativas: 24%, 17% e 31%, para os anos 10º, 11º e 12º, respectivamente.

O ensino profissional em Chaves apresenta uma expressão significativa. Detendo apenas um estabelecimento de ensino primário não público, a formação tem sido orientada para vários sectores de actividade: económico, tecnológico, agrícola, etc.. Os cursos conferem equivalência escolar ao 12º ano de escolaridade, sendo o grupo alvo os jovens. Existe também um Centro de Formação Profissional do IIEFP.

O Ensino Recorrente, como formação de adultos pouco escolarizados, tem pouca expressão neste Concelho, sendo encontrado apenas em três freguesias (Santa Maria Maior, S. Pedro de Agostém e Madalena). Quanto à educação extra-escolar, esta está baseada, essencialmente, nos cursos de “Aprender a fazer”, “Pintura no tecido e na porcelana” e “Promoção e educação para a saúde e bordados”.

De referir que neste concelho, dotado de assimetrias na distribuição espacial da população e da rede escolar, a política de transporte escolar assume uma importância acrescida. Com efeito, o serviço de transporte é assegurado por veículos privados (escolhidos através de concurso) e designado como “Transporte em Circuito Especial”: Tal como acontece com a Câmara de Vila real, também se segue a mesma política de atribuições de subsídios económicos.

Quanto à promoção da educação, o projecto “Viver a escola”, de iniciativa da Câmara, apresenta-se relevante na medida em que prevê o envolvimento de todas as escolas nas actividades de “Educação Ambiental”, “Educação Musical”, “Dramatização”, “Hora do Conto” e “Museu”, para além de actividades desportivas como natação, andebol e voleibol. Esta iniciativa está destinada, sobretudo, a crianças provenientes do meio rural, sendo garantido o seu transporte de 15 em 15 dias. Assim, pode-se proporcionar às crianças de diferentes escolas a oportunidade de conviverem e de desenvolverem outras actividades.

Além disso, a Câmara colocou telefones em todas as escolas e um sistema de banda larga para poderem estar ligadas à Internet. Existe um Centro de Recursos de apoio às actividades formativas e pedagógicas para a comunidade escolar composto por um “espaço Internet” e uma Biblioteca, nos quais são disponibilizados materiais didácticos, recursos audiovisuais e sistema de fotocópias, entre outros. Disponibiliza-se, ainda, um técnico que se desloca às escolas para a manutenção de equipamento informático e uma psicóloga que se dedica a resolver questões de foro educativo. Existem, igualmente, no Concelho duas Salas de Apoio Permanente (SAP) com uma equipa de técnicos e material didáctico.

As linhas de actuação futura da Câmara apontam para a reorganização da rede escolar permitida pelo diagnóstico da Carta Educativa, combatendo as dificuldades resultantes do isolamento das mesmas, aumentando a co-responsabilização dos pais e dos professores na transformação do sistema educativo.

4.3.2. Vigo e Ourense.

Relativamente a estas duas cidades, pode dizer-se que a acção sócio-educativa enfrenta uma densidade populacional extremamente elevada no conjunto da região da Galiza.

O Concelho de Vigo é o que apresenta um maior número de habitantes residentes do conjunto das cidades do Eixo Atlântico para uma área de 109 km². Localizado no litoral do Noroeste peninsular, Vigo tem importantes infra-estruturas de acesso que ligam a cidade aos principais núcleos urbanos galegos, peninsulares e mesmo internacionais: porto atlântico, aeroporto, auto estradas e caminho-de-ferro. O centro urbano está organizado por bairros e, na zona rural, está dividido em paróquias, formadas por 24 aldeias e lugares. A preocupação com o futuro está patente no plano estratégico elaborado, designado “Vigo 2010”, cuja finalidade consiste em preparar a cidade para a crescente globalização da economia, actuando ao nível do diagnóstico e da implementação de programas de desenvolvimento económico e de melhoria da qualidade de vida dos seus cidadãos.

A idade média da população de Vigo ronda os 38,2 anos, com uma taxa de analfabetismo de 1% relativa à população com 16 anos e mais. Apresenta, porém, para 2001, uma percentagem muito significativa quanto ao total de habitantes que não completaram o bacharelato elementar, o ESO ou EXB, que ronda os 23,3%.

Na área educativa, Vigo elabora os seus próprios planos de ensino através do Instituto Municipal de Educação. O âmbito da sua acção é extremamente vasto, cobrindo áreas diversificadas e públicos heterogéneos. A publicação e disponibilização gratuita de guias de oferta de centros públicos aos níveis da educação infantil e primária, bem como do nível secundário, permite aceder a um importante trabalho de sistematização da informação, ao mesmo tempo que confere visibilidade à acção municipal.

Relativamente ao ensino infantil, as Escolas de Educação Infantil (E.E.I.) estão divididas em 1º ciclo (crianças 0-3 anos) e 2º ciclo (crianças 3-6 anos), sendo, no total, 7 e 9 centros, respectivamente. A idade mínima de ingresso é de três meses e a máxima não ter completado os três anos até 31 de Dezembro do ano em que se solicita a entrada. Funcionam com um horário alargado: das 8h às 21 h, e dispõem, em

geral, de cantinas próprias, salas próprias e pátio exterior com zona de jogos, entre outras condições, para além de pessoal especializado.

Os centros públicos de Educação Infantil e Primária (crianças dos 3-12 anos) predominam no concelho de Vigo que conta com mais de 40 instalações. Nestes, as orientações educativas orientam-se para uma escola pública galega aberta, pluralista e não sexista, convocando a comunidade escolar à participação e co-responsabilização na gestão do centro. Apresentam, em geral, equipamentos e instalações como, por exemplo, cantinas, bibliotecas, salão de actos, laboratório, aulas de música, vídeo, informáticas educação artística, educação especial e aula de apoio, pátios para cada um dos ciclos. Asseguram, nos casos previstos, transporte escolar e a aprendizagem de um idioma estrangeiro, nomeadamente o inglês, a partir dos três anos. As actividades complementares previstas são diversas, desde acções relacionadas com as TIC, o desporto (v.g. patinagem, natação, futebol) a as actividades lúdicas e culturais (v.g. programa municipal de acampamentos de Verão).

A acção sócio-educativa do Concelho passa pelo apoio a vários projectos, como veremos adiante, por uma política de subsídios de refeições e compra de material didáctico, bolsas de estudos para alunos com necessidades especiais, reparação e manutenção dos edifícios escolares e elaboração de programas complementares diversos.

Os centros públicos do ensino secundário obrigatório concertado com a educação primária são mais de 40, incluindo a educação especial e a formação profissional.

No que diz respeito à formação de jovens e adultos, a Escola de Artes e Ofícios, antigamente denominada “Universidade Popular”, desenvolve acções de formação gratuitas nas áreas de as artes populares, música e idiomas. Além disso, promove campanhas de alfabetização de adultos e de animação à leitura.

Além de várias escolas de música, de jogo, de dança, de teatro, o Município de Vigo dispõe de 5 ludotecas, onde as crianças dos 7 aos 12 anos podem beneficiar gratuitamente das várias propostas disponíveis. Trata-se de recursos educativos que funcionam como complemento ao desenvolvimento físico, psíquico e emocional dos alunos, sendo um recurso necessário à escola no tempo de lazer infantil.

Apresenta como projectos originais, a “Aula Municipal de etnografia”, o “Vigo por dentro” e o “Aprender a conviver”. No primeiro projecto está patente a preocupação do Concelho com a educação histórica e ambiental, em particular com a transmissão de um conjunto de saberes e costumes da cultura tradicional galega (v.g. património marítimo, jogos tradicionais, produção artesanal do pão). O programa “Vigo por dentro” estabelece um conjunto de itinerários para que os diferentes actores da comunidade educativa possam conhecer melhor a sua cidade. O projecto “Vigo por dentro” iniciou-se em 1990 e desenvolve-se através do pelouro da Educação e do Instituto Municipal de Educação. É um programa que incentiva à descoberta da cidade mediante visitas de carácter didáctico ou itinerários formativos por lugares de interesse histórico e actual da cidade. O programa educativo pretende ser uma proposta aberta, adaptada às distintas idades escolares e tem como objectivo potenciar a ideia de uma cidade educadora como lugar

privilegiado para chegar aos alunos nas diferentes vertentes da realidade territorial, socio-económica, ambiental, artística, entre outras.

O programa “Aprender a conviver”, iniciativa do pelouro da Educação e Mulher do Concelho de Vigo sob proposta de uma associação de educadores pela “Paz-Nova Escola Galega”, fundada em 1983, em Vigo, oferece um conjunto de recursos para aos diferentes sectores da comunidade educativa infantil e primária para se “construir uma convivência mais sã e respeitosa, sem nenhum tipo de discriminação e de violência”. Para isso, são disponibilizados pessoal especializado e serviços de mediação de conflitos, além de livros e outro material necessário. Igualmente estão previstas curtas acções de formação para os sectores da comunidade educativa: professores, pais e estudantes.

As linhas de actuação para o futuro estão claras no programa para a educação 2005, que se mantém na continuação da acção nos domínios, entre outros, de reparação, requalificação dos equipamentos e instalações escolares; incentivo e coordenação da intervenção dos representantes municipais nos conselhos escolares dos centros e nas comissões económicas; coordenação, em colaboração com a secção de programação educativa e de obras, das várias actividades extra-escolares.

O Concelho de Ourense detém um importante património histórico e localiza-se no interior da Galiza, sendo atravessado pelo rio Minho. Caracteriza-se por constituir a terceira maior comunidade da região da Galiza, registando mais de 100 mil habitantes. Porém, tal como acontece na província de Lugo, Ourense tem vindo a apresentar um decréscimo no crescimento demográfico (-4,26%) no período de 1991 a 2001 (INE, 2001).

Tal como acontece com a cidade de Vigo, a percentagem relativamente elevada de população com menos de cinco anos de escolaridade e que não completou o ensino básico obrigatório (10,9% e 22%, respectivamente) enquadra a diversidade de programas e de apoios vocacionados para diferentes grupos sociais. Com efeito, os apoios sócio-educativo são diversos, desde bolsas escolares, bolsas de refeitório, a bolsas de livros, que se prolongam até a escolaridade obrigatória e se destinam às famílias mais carenciadas. Estes apoios dirigem-se, sobretudo, para os frequentam centros públicos.

No domínio educativo dos diferentes níveis de ensino existem programas que caracterizam a acção camarária de Ourense, assente numa linha de continuidade e consolidação dos mesmos ao longo dos itinerários escolares. Iremos referir os que são mais expressivos e os que se apresentam como programas inovadores:

- Programação da educação infantil: Programa de animação à leitura com a iniciativa “O álbum ilustrado...”, “Conhece a tua cidade” (v.g. visitas ao parque de bombeiros, assistir a partidas de futebol do Clube desportivo de Ourense), “Passeia pela tua cidade”, “Dias com nome próprio”, aprendizagem dos direitos dos consumidores, representações teatrais na escola e “Programa Verde”.

- Programação da Educação primária: Programa de animação à leitura, incluindo várias iniciativas (“Conta contos na aula”, “Visita às Bibliotecas Municipais”, “Mochilas faladoras”, “O jogo das estações”, “Conhecendo ...”); “Conhece a tua cidade”, com actividades de visita a vários pontos da cidade; aprendizagem dos direitos dos consumidores; “Dias com nome próprio” (v.g. Magusto, Diabetes, Declaração dos Direitos das Crianças, Dia Internacional da Eliminação da Violência Contra a Mulher); Programa de teatro e de cinema na escola; Programas de música na escola, “Programa Verde”; “Saídas didácticas”, “Educação vial”.
- Programação da Educação Secundária Obrigatória e Pós-Obrigatória: esta prossegue as iniciativas atrás referidas, introduzindo novos conhecimentos à medida que o aluno avança na sua aprendizagem.
- Programação de actividades de ócio e de juventude com vários cursos disponíveis, em horário diurno e nocturno, para jovens dos 15 aos 35 anos, como, por exemplo: jogos em rede, cozinha típica da Galiza, renda, *rafting*, canoa, vela, *sky*, parapente, inglês e francês turístico, técnicas de estudo (preparação para a universidade), apresentação de trabalhos e projectos em 2D ou em 3D, concurso de fotografia digital, entre muitos outros.
- A Universidade Popular do Concelho de Ourense organiza 32 novos ofícios e cursos formativos para adultos dirigidos a jovens com mais de 16 anos em certas especialidades, como sejam cursos em informática de duração variada e cursos em ofícios manuais.

De referir, por fim, a dinâmica da acção sócio-educativa através da implementação de três projectos específicos: o *cultur@civitas*, o *Aloumiño* e o *CIMA*.

O projecto *cultur@civitas* apresenta-se como um itinerário de formação e inserção laboral, destinado preferencialmente às mulheres com formação académica na área das humanidades no que diz respeito ao fomento de práticas de igualdade de oportunidades e na dinamização de iniciativas empresariais no sector da cultura, do ócio e do turismo. A formação integra seminários de sensibilização, conferências sobre aspectos relacionados com a gestão cultural e a criação de emprego, dois cursos integrados sobre gestão cultural, novas tecnologias e criação de empresas (uma parte das quais se desenvolverá a distância). Além de vários tipos de apoio, importa referir o apoio técnico para a criação de empresas e a disponibilização de bolsas para mulheres com encargos familiares.

O projecto *Aloumiño* é, igualmente, um programa de formação e inserção sócio-laboral, desenvolvido em parceria com o Pelouro da Formação Ocupacional e Desenvolvimento Local e com a da Promoção para a Igualdade da Mulher, Sanidade, Prevenção e Atenção de Drogadependências, sendo subvencionado em 70% pelo Fundo Social Europeu. Está, por isso, destinado a grupos sociais específicos, tais como, por exemplo: mulheres com necessidades especiais e com emprego precário devido à falta de formação e com emprego precário por falta de formação; desempregados(as) de longa duração, famílias monoparentais, imigrantes, minorias étnicas, jovens em situação de risco e pessoas provenientes da marginalidade.

Por fim, o projecto *CIMA* é uma iniciativa organizada pela Câmara de Ourense com a colaboração da UNICEF, bem como de outras empresas interessadas, e vai levar a cabo a organização da primeira Cimeira Infantil do Meio Ambiente para toda a Galiza. É um projecto que visa a educação ambiental e conta com a participação de duzentas crianças do 5º e 6º anos do Ensino primário (2º ciclo do Ensino Básico) de toda a Galiza. Pretende-se promover e fomentar o direito de expressão das crianças através de um Manifesto que será elaborado pelas mesmas e que será feito chegar a toda a sociedade (Convenção dos Direitos das Crianças).

De uma forma geral, o projecto *CIMA* pretende: *i)* Fomentar o envolvimento da população infantil nas questões que afectam a sociedade, em geral, e, em especial, seu direito a expressar-se e a ser escutada; *ii)* Fazer chegar à Sociedade um Manifesto Infantil, no qual as crianças expressam as suas preocupações com o Meio Ambiente e que será desenvolvido durante a Cimeira; *iii)* e, por fim, definir com as crianças uma proposta de um projecto a nível escolar que será executado no final da Cimeira.

Neste sentido, as crianças ficarão envolvidas em quase todas as actividades que precedem a Cimeira tais como: a elaboração do logótipo da Cimeira, a criação dos desenhos e trabalhos que serão utilizados nas apresentações do projecto à imprensa e ao público em geral, trabalhos e actividades relacionados com o meio ambiente, divulgação da *CIMA* aos meios de comunicação e, ainda, a produção de um CD de música da qual fará parte a canção oficial da *CIMA*.

Assim, com este projecto pretende-se, por um lado, defender e fomentar o direito das crianças a viverem num meio ambiente saudável e por outro, consciencializá-las para a necessidade de cuidarem dele e de o respeitarem.

5. Conclusões.

A promoção de uma agenda educativa, além de assentar numa gestão eficaz de estruturas e práticas adequadas às realidades educativas, passará, certamente, por um esforço de reformulação dos referentes para a “construção de uma educação democrática e de cidades educativas” (Teodoro, 2001:157). Daí a relevância de uma efectiva descentralização e co-responsabilização dos poderes locais na consecução das políticas educativas, não só através da gestão das competências legalmente atribuídas, como também no seu papel complementar de reforço da qualidade da formação dos cidadãos em idade escolar e na promoção de políticas educativas necessárias ao desenvolvimento da formação permanente dos cidadãos em idade pós-escolar (v.g. escolarização de adultos, promoção da cultura). Para garantir a democratização do ensino em todos os seus níveis importa promover a diversificação e o alargamento da rede escolar assente em trajectórias flexíveis e reversíveis (criar oportunidades reais para os alunos optarem em função das suas escolhas vocacionais, por mais que elas sejam escolhas condicionadas), a criação de condições adequadas de aprendizagem ao longo da vida (medidas e programas de parceria entre os vários parceiros sociais) e a abertura dos sistemas educativos e de formação à sociedade civil nas suas múltiplas vertentes.

No contexto das boas práticas posta em marcha pelas cidades da Euro-região Galiza e Norte de Portugal, importa referir algumas mudanças em curso no quadro da política comunitária.

Uma delas prende-se com as repercussões do Project *e*Europa 2005 (Comissão Europeia, 2002), inicialmente apresentado. Relativamente à iniciativa do “ensino em linha”, a acção municipal tem vindo a assegurar que todas as escolas do primeiro ciclo, incluindo a maioria dos jardins-de-infância públicos, tenham acesso à *Internet* em banda larga, aos recursos e *software* informático adequados, disponibilizando igualmente de pessoal técnico especializado no apoio quotidiano à resolução de problemas.

Além disso, a existência de “Centros de Recursos”, como acontece, por exemplo, na cidade de Chaves, tem vindo a constituir-se como um importante espaço de divulgação das novas tecnologias de informação e de comunicação, além de apoiar de acções formativas e iniciativas pedagógicas diversas dirigidas à comunidade escolar.

Igualmente, no campo do *e-learning* e no combate à info-exclusão são muitos os programas de formação destinados à aprendizagem das competências específicas da “Sociedade de Informação” desenvolvidos pelas diversas cidades do Eixo Atlântico que têm vindo a utilizar os fundos estruturais existentes da UE (sociais, regionais, etc.) para a sua concretização.

Igualmente relevante é a promoção do sucesso escolar com programas específicos de prevenção e de combate do abandono escolar, de promoção da literacia e da aprendizagem de novas tecnologias. Tanto Portugal como Espanha, como vimos, têm tido particular atenção para essa questão. Além disso, nos diversos programas sócio-educativos, estão patentes os seguintes objectivos de forma transversal aos diferentes públicos estudantis:

- Garantir o direito à educação de todos;
- Promover o sucesso escolar;
- Estimular o gosto pela aprendizagem
- Proporcionar uma aprendizagem para o mercado de trabalho
- Criar condições para o exercício da cidadania

Nesse sentido, poder-se-á sistematizar os resultados que foram emergindo ao longo da nossa análise das dinâmicas sócio-educativas que caracterizam a Euro-região, em particular, as cidades do Eixo Atlântico. Utilizaremos a técnica de análise DAFO para se concretizar os seguintes objectivos: por um lado, comparar simultaneamente as oportunidades e as ameaças resultantes do enquadramento europeu que configura um espaço sócio-económico e territorial com uma influência mais vasta em termos nacional e internacional; e, por outro, identificar os principais pontos fortes e fracos do Eixo Atlântico que potenciem ou reduzem, respectivamente, as possibilidades do desenvolvimento económico e social sustentado.

Enquadramento europeu do Eixo Atlântico.

Oportunidades	Ameaças
Dimensão económico-territorial	
Aprofundamento da cooperação transfronteiriça (INTERREG III) através de projectos comuns ao nível sócio-educativo (v.g. Investigação científica e Universidades; TORGA.net. trans Portugal Galicia Network).	<p>Enorme desequilíbrio territorial, com um litoral densamente povoado e um interior desabitado</p> <p>Excessivo peso dos sectores primários e secundário na estrutura da actividade económica</p> <p>Potenciar o “Terceiro sector” e as modalidades de emprego nas actividades terciárias e de prestação de serviços, utilizando uma mão-de-obra com maiores níveis de qualificação académica e utilizadoras das TIC.</p>
Educação como factor de competitividade	
<p>Importantes reformas dos sistemas educativo e formativo no quadro europeu no sentido da “integração e desespecialização do secundário”, com a instituição de troncos comuns de formação nos primeiros anos dos cursos.</p> <p>Promoção de várias modalidades e percursos de ensino e de formação de nível secundário, com itinerários escolares flexíveis e reversíveis.</p> <p>Promoção de iniciativas de complemento à educação com programas mais flexíveis e inovadores em articulação com as estruturas do mercado de trabalho e as novas oportunidades de emprego.</p>	<p>Assimetrias inter e intra-regionais em termos de dinâmicas sócio-educativas.</p> <p>Expansão do sistema educativo acompanhado pelos fenómenos simultâneos de feminização e de discriminação das áreas de formação em função do sexo.</p> <p>Maiores exigências de convergência em torno de questões e problemas comuns nos diferentes níveis e sistemas de ensino e formação profissional.</p> <p>Revalorizar a importância social da profissão do professor.</p>
Cultura de partilha de responsabilidades	
Incentivo à participação municipal na educação impulsionada por um quadro legal adequado como um dos passos decisivos no combate ao abandono escolar e à prevenção da info-exclusão.	Maiores exigências de planificação e coordenação a níveis supra-municipais: reforço de iniciativas de parceria e de políticas de cooperação locais, nacionais e internacionais.
Repercussões importantes do Projecto eEuropa 2005 (Comissão Europeia, 2002): infra-estrutura segura de informação e acesso em banda larga generalizado.	Custos de acesso à <i>Internet</i> e garantir a ligação de todas as escolas da educação pré-escolar e escolar em banda larga através da tecnologia ADSL.

Enquadramento sócio-educativo do Eixo Atlântico.

Pontos Fortes	Debilidades
Capital demográfico	
População relativamente jovem no contexto da Europa, em particular na Região Norte de Portugal.	Aumento do <i>rácio</i> de dependência dos idosos no contexto da UE para 2010, em particular na região da Galiza.
Capital educativo	
<p>Consagração da escolaridade obrigatória em 16 (Espanha) e 15 anos (Portugal).</p> <p>Reforço da oferta de educação de qualidade e de igualdade de oportunidades (v.g. idiomas, TIC, Actividades Extra-Curriculares).</p> <p>Aumento do número de candidatos ao ensino superior, de professores e de estabelecimentos universitários e politécnicos, de natureza pública e privada registado nas últimas décadas.</p> <p>Aumento do número de alunos nas áreas das Ciências da Saúde e Técnicas.</p>	<p>Regressão ténue do número médio de alunos nos ensinos infantil e primário e significativa ao nível do Bacharelato/ Secundário e da Formação Profissional.</p> <p>Baixa percentagem de jovens entre os 25 e 29 anos com elevado grau de escolaridade face à média UE 15.</p> <p>Sobre-representação do sexo feminino no ensino superior face à média UE 15, em particular em Portugal.</p>
Infra-estruturas e orçamento	
<p>Gratuidade da escolaridade básica obrigatória.</p> <p>Cobertura e modernização de infra-estruturas educativas Ensino pré-primário e ensino básico, incluindo <i>kit</i> de TIC.</p> <p>Aumento de bibliotecas e estabelecimentos culturais.</p> <p>Implementação da “Carta Educativa”: reordenamento da rede escolar em Portugal.</p>	<p>Tendência para uma privatização do sistema de ensino nos diferentes níveis.</p> <p>Requalificação do parque escolar face à desertificação de certas zonas interiores.</p> <p>Constrangimentos orçamentais.</p> <p>Escassez de equipamentos escolares e didáticos.</p> <p>Escassez de recursos humanos.</p>
Programas sócio-educativos	
<p>Programas de combate do abandono escolar precoce (PNAPAE e LOCE).</p> <p>Investimentos importantes na aprendizagem ao longo da vida, sendo expressão disso vários programas, tais como: “Descobrir o Mundo”; “transición escuela vida activa”; “Proxecto de Inserción sociolaboral”, “Proxecto AIoumiño”; “Proxecto Europeo Cultura@Civitas”; “CIMA”, “Aprender a Conviver”</p> <p>Iniciativas de combate à info-exclusão, com projectos vários, tais como: “Projecto INTERNET”; “Cursos de internet para jovens”, “Navegar, Navegar.... Projecto de animação de informática”; “Apoio às Escolas: Trás-os-Montes Digital”.</p>	<p>Proporções significativas de abandono escolar para Portugal (45%) e Espanha (29%), em particular no sexo masculino</p> <p>Posições finais no <i>ranking</i> do estudo internacional PISA no domínio da literacia.</p>

Cultura de partilha de responsabilidades	
Rede de parcerias na dinamização dos projectos das “cidades educadoras”.	Necessidade de maior coordenação entre as áreas de intervenção e os agentes da comunidade escolar
Avaliação “satisfatória” da actuação camarária quanto ao cumprimento obrigatório das obrigações e competências municipais (v.g. livros, refeições, transportes)	Definir com maior clareza as competências municipais na área de educação Incentivar um comportamento ofensivo de criação e estímulo à educação, com a apresentação de iniciativas e programas supletivos e inovadores
Cultura de diagnóstico, tendo como pressuposto a importância da cultura na competitividade económica e na qualidade da cidadania.	

Com base na informação recolhida através dos questionários e em toda a pesquisa documental, bem como nas reflexões realizadas durante todo o capítulo, emergem algumas linhas de força a necessitarem de urgente investimento na Região da Galiza e Norte de Portugal. Face ao insucesso e abandono escolar crescente, que se traduz por uma menor procura da escola por parte do público escolar, resultando, entre outros, o fenómeno da “info-exclusão”, existe um conjunto de possíveis linhas de actuação futuras, que podem ser organizadas em torno da estrutura do diagnóstico atrás apresentada.

1. Educação como condição de cidadania e factor de desenvolvimento dos Estados-Membros da UE.

Implementações da *Carta Educativa* em todos os concelhos, a nível nacional, de forma a permitir que, em cada momento, as ofertas educativas disponíveis respondam à procura sócio-educativa efectiva.

- Promoção do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na Comunidade Escolar.
- Criação de programas e iniciativas específicos que garantam a todos os cidadãos o direito ao ensino e à igualdade de oportunidades na formação escolar.
- Diversificação do leque de actividades extra-escolares, promovendo actividades de complemento curricular e de animação sócio-educativa.
- Fomento do intercâmbio entre os docentes na prática pedagógica, rentabilizando os saberes e experiências diversificadas numa partilha constante de aprendizagens.
- Promoção do ensino à distância (*e-learning*) com os objectivos de aperfeiçoar a utilização das novas tecnologias multimédia e da *Internet* e de melhoria da qualidade da aprendizagem, facilitando o acesso a recursos e a serviços, bem como a intercâmbios e colaboração à distância.
- Desenvolvimento de programas de prevenção do absentismo escolar, especialmente dirigidos aos alunos que ainda não atingiram o grau de ensino obrigatório.

- Incremento de projectos/programas de combate à info-exclusão de modo a permitir que os alunos mais desfavorecidos possam aceder às novas tecnologias de informação e comunicação.
- Dinamização e promoção de acções de sensibilização/prevenção do abandono escolar, salientando a importância da escola como condição para o exercício da cidadania na sociedade de hoje.
- Desenvolvimento de medidas laborais específicas, tanto no sector público, como no privado, que incentivem a formação ao longo da vida.

2. Cultura de partilha de responsabilidades.

Eliminação dos constrangimentos de ordem jurídica e financeira de modo a agilizar a actuação dos Municípios através de Acordos/Protocolos de Colaboração celebrados entre várias instituições públicas ou privadas e o Ministério da Educação.

- Reforço do investimento na criação das Escolas de Pais e Mães, a fim de elucidar os pais sobre as várias problemáticas que afectam as crianças e os jovens.
- Criação de medidas específicas que previnam a subalternização institucional dos vários níveis de ensino que acentuam as desigualdades e geram “novas” formas de exclusão social.
- Estreitar as relações escola/família, desenvolvendo actividades de cooperação e informação.
- Desenvolver estratégias, envolvendo toda a comunidade educativa, que promovam a segurança dos alunos nos diferentes espaços escolares.

3. Recursos e infra-estruturas adequadas.

Reforço do apoio financeiro a todos os estabelecimentos de ensino para as adequadas iniciativas de requalificação patrimonial e de melhoria do seu funcionamento, bem como para a realização dos programas sócio-educativos e sustentação, no tempo, dos mesmos.

- Criação e manutenção, em todos os concelhos, de *Centros Municipais de Recursos Educativos* vocacionados para a Comunidade Escolar.
- Atribuição de subsídios próprios a cada Escola para livros e materiais didácticos, a fim de evitar desigualdades e o conseqüente abandono escolar.
- Inventariação e levantamento das necessidades de mobiliário, equipamento e material didáctico dos estabelecimentos no sentido do seu célere e adequado apetrechamento.

- Inventariação de necessidades de alimentação dos alunos para a implementação de Redes Municipais de refeitórios escolares.
- Reforço das condições de segurança das escolas, nomeadamente no que se refere à prevenção de acidentes rodoviários, pavimentação de recreios, vedações, salubridade, iluminação exterior e prevenção de incêndios.
- Proporcionar formação ao pessoal docente e não docente no sentido de melhorar as suas competências sócio-educativas.
- Investimento na prevenção com base na realização de “Diagnósticos adequados”, “Acções de sensibilização” entre outras, antecipando o aparecimento de problemas (v.g. absentismo escolar, abandono escolar, toxicodependência, insucesso escolar, info-exclusão) que perpetuam as desigualdades.

Os movimentos de dinamização do sistema urbano, no que diz respeito às infra-estruturas, ao desenvolvimento de instituições e políticas sociais associadas à sociedade de informação, ao ensino universitário e à instalação de novos serviços de apoio às actividades económicas, entre outros aspectos, são reveladores das transformações ocorridas desde os *Primeiros Estudos Estratégicos*. Com efeito, perante a crescente interdependência que a globalização comporta, incluindo ameaças e desafios, e o alargamento da União Europeia, as cidades são actores de desenvolvimento estratégico nas vertentes económica, política, social e cultural de um espaço geográfico mais amplo de influência.

Bibliografia.

- AZEVEDO, J. (2000), *O ensino secundário na Europa. O neoprofissionalismo e o sistema educativo mundial*, Porto, Edições Asa.
- AZEVEDO, R. (2004), “As regiões do Norte de Portugal e da Galiza: enquadramento no contexto comunitário e perfis de evolução”, L. Domínguez e N. Venade (org.) *As Euro-regiões e o Futuro da Europa: O Modelo da Euro-região Galiza Norte de Portugal*, Eixo Atlântico, pp. 89-113.
- BENAVENTE, Ana *et al.* (1996), *A literacia em Portugal – resultados de uma pesquisa extensiva e monográfica*, Lisboa, FCG.
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (2000), *INTERREG III*, Bruxelas, Comissão Europeia (28 de Maio).
- COMISSÃO EUROPEIA (2001), *Relatório sobre os objectivos futuros concretos dos sistemas de educação e de formação* (12 de Fevereiro).
- COMISSÃO EUROPEIA (2002), *Para uma Europa do Conhecimento. A União Europeia e a Sociedade da Informação*, Comissão Europeia, Direcção-Geral da Imprensa e Comunicação.

- COMISSÃO EUROPEIA (2003), *Situação Social na União Europeia*, Bruxelas, Comissão Europeia.
- COUTO, M. (2001), “A cooperação transfronteiriça na Educação”, *Revista de Pensamento do Eixo Atlântico – A Escola e a Cidade*, nº 2, Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular & Interreg, pp. 5-8.
- EUROSTAT (2001), *Force Survey*, Bruxelas, Comissão Europeia.
- GOMES, M. do Carmo, *et al.* (2000), “Novas análises dos níveis de literacia em Portugal: comparações diacrónicas e internacionais”, *IV Congresso Português de Sociologia*, Coimbra, APS, CD-rom.
- INE (2001) *Censos 2001 XIV Recenseamento Peral da População e IV Recenseamento Geral da habitação*, Lisboa, Portugal
- INE, (2001), *Censos 2001*, Madrid, Espanha
- INCE (2002), *Instituto Nacional de Calidad y Evaluación*, Ministerio de Educación, Cultura y Desporte.
- IGE (2001), *Instituto Galego de Estatística*, Galiza, Espanha
- LEI DE BASES DO SISTEMA EDUCATIVO (*LEI N.º 46/86*) de 14 de Outubro (com as alterações incorporadas pela Lei n.º 115/97, de 19 de Setembro).
- LEI ORGÂNICA GENERAL DO SISTEMA EDUCATIVO (LOGSE, 1990), Lei 1/1900 de 3 de Outubro.
- LYON, D. (1991), *A Sociedade de Informação*, Lisboa, Celta.
- MARTINS, J. (2001), “O modelo de gestão educativa”, *Revista de Pensamento do Eixo Atlântico – A Escola e a Cidade*, nº 2, Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular & Interreg, pp. 1-4.
- MCE, (2004-2005), *Datos e Cifras, Curso escolar 2004-2005*, Ministerio de Educación y Ciencia.
- OCDE (2003), *Education at Glance*, Organisation for Economic Co-Operation and Development, OCDE.
- PLANO NACIONAL DE PREVENÇÃO DO ABANDONO ESCOLAR (2004), *Eu Não desisto*, Ministério da Educação/ Ministério da Segurança Social e do Trabalho, Março de 2004 (Policopiado)
- QUADRO COMUNITÁRIO DE APOIO III (2000), *Prodep III – Programa Operacional da Educação 2000-2006*, União Europeia, 13 de Julho (policopiado)
- TEODORO, A. (2001), “Organizações internacionais e política educativas nacionais: A emergência de novas formas de regulação transnacional, ou uma globalização de baixa intensidade”, Stephen R. Stoer, L. Cortesão e José A. Correia (orgs.), *Transnacionalização da educação. Da Crise da Educação à “Educação” da Crise*, Afrontamento, pp. 125-161

SEGUNDO, Maria Jesus Sana (2004), *Conferência da Ministra da Educação e Ciência*, na Tribuna da Sociedade e Política, no Fórum Europa (4 de Outubro) (policopiado).

SILVA, M. Carlos e CARDOSO, A. (2004), “Assimetrias e dependências no desenvolvimento: a Região do Minho no Noroeste Peninsular”, L. Domínguez e N. Venade (org.), *As Euro-regiões e o Futuro da Europa: O Modelo da Euro-região Galiza Norte de Portugal*, Eixo Atlântico, pp, 183-218

Anexo I

Quadro 1. Evolução da população residente em Portugal, por grupos de idade 1991-2001 (%)

	Portugal	
	1991	2001
0- 14 anos	20,0	16,0
15 - 24 anos	16,3	14,3
25 - 64 anos	50,1	53,4
65 e mais anos	13,6	16,4

Fonte: Censos, INE, 2001.

Quadro 2. Estrutura da População residente em Portugal por Regiões, em 2001 (%)

	Grupos etários		Índice de Envelhecimento
	0 - 14 anos	65 e mais anos	
Norte	17,5	14,0	80,0
Centro	15,0	19,4	130,0
Lisboa	14,8	15,5	103,0
Alentejo	13,7	22,3	163,0
Algarve	14,7	18,6	128,0
R. A. Açores	21,4	13,0	60,0
R. A. Madeira	19,1	13,7	72,0

Fonte: Censos, INE, 2001.

Quadro 3. Evolução da população em Espanha, por grupos de idade 1991-2001 (%)

	1991	2001
Menos de 15 anos	19,4	14,5
De 15 a 64 anos	66,8	68,5
65 e mais anos	13,8	17,0

Fonte: Censos, Instituto Nacional de Estadística, 2001.

Figura 2. Lei Orgânica General do Sistema Educativo (LOGSE, 1990) e Lei Orgânica de Qualidade da Educação.



Anexo II

Quadro 1. Distribuição dos alunos por países, graus de Ensino em 2000 (%)

	2000					
	Nível 0	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 5-6
Espanha	12,7	28,5	23	13,4	1,7	20,5
Portugal	10,3	36,1	18,9	18,1	–	16,6

Fonte: INE, EUROSTAT, Base de datos Newcronos, 2004.

Nível 0 - Ensino pré-escolar.

Nível 1 - Ensino Primário.

Nível 2 - Primeiro ciclo do Ensino Secundário.

Nível 3 - Segundo ciclo do Ensino Secundário.

Nível 4 - Ensino Pós-secundário não superior.

Nível 5 - Primeiro ciclo do Ensino Superior.

Nível 6 - Segundo ciclo do Ensino Superior.

Quadro 2. Proporção de Alunos por Professor no Ensino Primário, em 2000 e 2001.

	2000	2001
UE 15	–	16,1
Espanha	14,9	14,7
Portugal	13,2	12,7

Fonte: INE, EUROSTAT, Base de datos Newcronos, 2004.

Quadro 3. Proporção de Alunos por Professor no Ensino Secundário (nível 2-3), em 2000 e 2001.

	Nível 2		Nível 3	
	2000	2001	2000	2001
Espanha	13,7	9,7	–	11
Portugal	11,1	8,7	10,1	8,3

Fonte: INE, EUROSTAT, Base de datos Newcronos, 2004.

Nível 2 - Primeiro ciclo do Ensino Secundário.

Nível 3 - Segundo ciclo do Ensino Secundário.

Só os professores no activo, incluindo os professores do ensino especial.

Quadro 4 Distribuição dos Alunos (nível 1-4) por países e por tipo de instituição, em 2000 e 2001 (%)

	2000		2001	
	Instituições Públicas	Instituições Privadas	Instituições Públicas	Instituições Privadas
EU 15	78,5	21,5	78,3	21,7
Espanha	69,5	30,5	69,1	30,9
Portugal	89,0	11,0	88,2	11,8

Fonte: INE, EUROSTAT, Base de datos Newcronos, 2004.

Quadro 5. Estabelecimentos de Ensino em Espanha, segundo o ensino ministrado em 2004-2005 (%)

	Ensino Público	Ensino Privado (3)
E. Infantil	47	53
E. Primaria(1)	95	5
E. Primaria e E.S.O. (1)	39	61
E.S.O./ Bachirellato/F.P.	82	18
E. Primaria, E.S.O. y Bachirellato/F.P. (1)	0	100
Estabelecimentos específicos de Educação Especial	39	61
E. Universitário (2)	69	31

Fonte: Ministerio de Educación y Ciencia, Datos e Cifras, Curso escolar 2004-2005.

- (1) Podem incluir E. Infantil.
- (2) Refere-se ao número total de Universidades.
- (3) Refere-se às Universidades Privadas e da Igreja Católica.

Quadro 6. Evolução dos alunos matriculados na Educação Universitária, em Espanha de 1994 –2004 (%)

	Cursos		
	1994-1995	1999-2000	2003-2004
Duração dos Estudos			
Ciclo curto	34	36	38
Ciclo Longo	66	64	61
Ramos de Ensino			
Humanidades	9	10	9
Ciências Sociais e Jurídicas	54	50	49
Ciências Experimentais	8	8	7
Ciências da Saúde	7	7	8
Técnicas	21	24	27
Total			

Fonte: Ministerio de Educación y Ciencia, Datos e Cifras, Curso escolar 2004-2005.

Quadro 7. Nível de estudos da população adulta na Comunidade Autónoma da Galiza e em termos nacionais, em 1999 (%)

	Galiza		Nacional	
	25 - 34 anos	25 - 64 anos	25 - 34 anos	25 - 64 anos
Inferior à educação primária	1,0	10,1	2,4	10,8
Educação primária	12,9	38,9	11,0	31,4
Educação Secundária Obrigatória	34,2	20,7	32,0	22,7
Educação Secundária pós-obrigatória	20,9	13,1	21,6	14,6
Educação superior	31,0	17,2	33,0	20,5

Fonte: Instituto Nacional de Calidad y Evaluación (INCE), Ministerio de Educación, Cultura y Desporte, 2002.

Quadro 8. Mulheres estudantes no Ensino Superior – 1998 a 2001 (%)

	1998	1999	2000	2001
UE 15	–	52,6	52,9	53,2
Espanha	53,0	53,0	52,9	52,5
Portugal	56,0	56,0	56,1	56,1

Fonte: INE, EUROSTAT, Base de datos Newcronos, 2004.

Quadro 9. Estudantes do Ensino Superior (nível 5-6), por países e áreas de estudo em 1999 (%)

	Áreas de Estudo									
	Educ.	Humand. e Artes	Ciências Sociais, Ensino comercial e Direito	Ciências, Matemát. e Informát.	Eng., Industria e Constr.	Agricult.	Saúde e Serviços sociais	Serviç.	Desc.	Lic. de todos os campos
UE 15	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Espanha	11,9	9,4	37,2	9,3	14,2	2,9	10,9	4,1	0,1	–
Portugal	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–

Fonte: INE, EUROSTAT, Base de datos Newcronos, 2004.

Quadro 10. Distribuição do Gasto Público em Educação em Espanha, em 2002 (%)

	Gasto Público
E. Infantil, E. Primaria, E. Especial	31,6
E. Universitária	21,1
ESO, Bachirellato e Ciclos Formativos, F.P.	31,3
Subsídios/Bolsas	2,7
Actividades anexas	6,3
Formação Ocupacional inicial	4
Outros tipos de ensino	3

Fonte: Ministerio de Educación y Ciencia, Datos e Cifras, Curso escolar 2004-2005.

Quadro 11. Níveis de Ensino atingidos em Portugal segundo o sexo, em 2001 (%)

	Sexo		
	H/M	H	M
Nenhum ensino	14,2	5,9	8,3
1º Ciclo	35,1	16,9	18,2
2º Ciclo	12,6	6,7	6
3º Ciclo	10,9	5,8	5,1
Secundário	15,7	7,9	7,8
Médio	0,8	0,4	0,4
Superior	10,8	4,7	6,1
Total	10 356 117 (100)	5 000 141 (48,3)	5 355 976 (51,7)

Fonte: INE, Resultados definitivos, Censos 2001.

Quadro 12. Proporção de População com o ensino superior (com 21 ou mais anos), Portugal e NUTS II, 1991-2001 (%)

	1991	2001	Diferença
Portugal	4	8,6	4,6
Norte	3	7,2	4,2
Centro	2,5	7,1	4,6
Lisboa	7,2	13,5	6,3
Alentejo	1,8	5,7	3,9
Algarve	2,8	7,3	4,5
R. A. Açores	2	6	4
R. A. Madeira	1,8	6,8	5

Fonte: INE, Resultados definitivos, Censos 2001.

Quadro 13. Distribuição da população empregada por áreas de actividade económica em Portugal, 1991-2001 (%)

Áreas de actividade económica	1991	2001
Agricultura, caça e silvicultura, pesca e aquicultura	10,8	5
Indústria, incluindo energia	27	22,8
Construção	10,7	12,3
Comércio e reparação de veículos e de bens domiciliários; alojamento e restauração; transportes e comunicações	24,1	26,5
Actividades financeiras, imobiliárias, serviços prestados às empresas	5,2	7,9
Outras actividades e serviços	22,3	25,5

Fonte: INE, Resultados definitivos, Censos 2001.

Quadro 14. Estabelecimentos de Ensino Público e Privado no Continente e Norte de Portugal, segundo o ensino ministrado, em 2001/2002 (%)

NUTS/REGIÃO	Educação Pré-escolar	Ensino Básico 1º Ciclo	Ensino Básico 2º Ciclo	Ensino Básico 3º Ciclo	Ensino Secundário	Escolas Profissionais	Ensino Superior	Total
Resto do Continente	60,6	58,7	38,7	65,6	67,5	61,3	69,5	60,5
Norte de Portugal	39,4	41,3	38,7	34,4	32,5	38,7	30,5	39,5
Minho-Lima	6,7	9,1	7,4	7,3	8,7	16,3	7,4	8,1
Cávado	11,8	9,7	10,0	10,5	10,2	9,3	6,4	10,4
Ave	12,0	11,0	10,8	12,0	9,7	15,1	5,3	11,3
Grande Porto	24,7	14,0	22,2	33,3	34,5	32,6	57,4	20,6
Tâmega	16,1	17,9	16,9	13,3	11,2	9,3	4,3	16,5
Entre Douro e Vouga	9,0	6,7	8,5	7,5	5,8	1,2	2,1	7,5
Douro	11,3	13,9	11,0	7,7	10,2	9,3	4,3	12,2
Alto Trás-os-montes	8,3	17,7	13,3	8,2	9,7	7,0	12,8	13,3

Fonte: INE, Ministério da Educação, Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento
Estatísticas preliminares, 2001.

Quadro 15. Alunos matriculados (Público e Privado) no Norte de Portugal e resto do Continente, segundo o Ensino Ministrado, em 2001/2002 (%)

NUTS/ CONCELHOS	Educação Pré-escolar	Ensino Básico			Ensino Secundário	Escolas Profissionais	Ensino Superior	Total
		1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo				
Norte	38	41	41	40	35	36	31	39
Resto do continente	62	59	60	60	65	64	69	61
Minho-Lima	6	6	6	6	7	14	3	6
Cávado	13	12	11	12	12	12	16	12
Ave	14	15	15	15	13	14	3	14
Grande Porto	33	32	32	32	36	35	62	33
Tâmega	14	18	17	15	11	8	2	15
Entre Douro e Vouga	9	7	7	8	7	1	1	8
Douro	7	6	6	6	6	9	7	6
Alto Trás-os-montes	5	5	5	6	7	7	7	6

Fonte: INE, Ministério da Educação, Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento
Estatísticas preliminares, 2001.

Quadro 16. Número de estabelecimentos de Ensino Básico do 1º, 2º e 3º ciclos.

Concelhos	Estabelecimento de Ensino Público e Privado								
	Ensino Básico								
	1º ciclo			2º ciclo			3º ciclo		
	1995/1996	1998/1999	2001/2002	1995/1996	1998/1999	2001/2002	1995/1996	1998/1999	2001/2002
Braga	98	100	101	25	23	25	21	23	22
Bragança	83	76	72	9	8	6	6	6	6
Chaves	102	100	98	19	19	17	6	6	6
Guimarães	111	102	100	25	18	17	19	17	16
Peso da Régua	30	29	28	3	2	2	4	4	4
Porto	104	105	106	36	39	40	48	54	55
Viana do Castelo	58	56	54	13	13	12	12	12	12
Vila Nova de Gaia	119	114	113	20	21	21	27	28	30
Vila Real	95	92	93	11	10	10	7	7	7

Fonte: INE, Instituto Nacional de Estatística.

Quadro 17. Número médio de alunos no Norte de Portugal, por Estabelecimento nos diferentes níveis de educação, em 2001.

CONCELHOS	Educação Pré-escolar	Ensino Básico		3º ciclo e Ensino Secundário	Escolas Profissionais	Total
		1º Ciclo	2º Ciclo			
Média alunos/docentes	16,7	13,1	8,1	9,3	4,2	10,3

Fonte: INE, Ministério da Educação, Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento
Estatísticas preliminares, 2001.

Quadro 18. Pessoal Docente (Público e Privado) no Norte de Portugal e resto do Continente, segundo o Ensino Ministrado, em 2001/2002 (%)

NUTS/ CONCELHOS	Educação Pré-escolar	Ensino Básico		3º Ciclo e Ensino Secundário	Escolas Profissionais	Total
		1º Ciclo	2º Ciclo			
Norte	35,8	40,8	38,0	35,4	39,2	37,2
Resto do continente	64,2	59,2	62,0	64,6	60,8	62,8
Minho-Lima	6,1	6,5	6,3	7,3	15,0	7,1
Cávado	12,1	11,0	11,2	11,4	10,7	11,3
Ave	12,1	13,4	12,6	12,4	16,1	12,8
Grande Porto	33,2	28,4	35,5	36,4	32,1	34,0
Tâmega	13,6	17,1	14,7	12,0	8,6	13,7
Entre Douro e Vouga	8,3	6,8	6,9	7,0	0,8	6,8
Douro	8,2	8,0	6,6	6,7	10,2	7,2
Alto Trás-os-montes	6,5	8,8	6,2	6,8	6,6	7,1

Fonte: INE, Ministério da Educação, Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento
Estatísticas preliminares, 2001

Quadro 19. Estabelecimentos de Ensino na Espanha e na Galiza, segundo o tipo de ensino, em 2001-2002 (%)

	Total	E. Educação Infantil (1)	E. Educação Primária (2)	E. Educação Primária e E.S.O. (2)	E. E.S.O. e/ou Bacharelato e/ou F.P.	E. Educação Primária, E.S.O. e Bach/F.P.	Centros Específicos de E. Especial	Centros Específicos de E. à Distância	Escolas de Arte com Bachelato em Artes
Resto da Espanha	92	13	40	18	20	6	2	0	0
Galiza	8	18	45	11	20	4	2	0	0
A Coruña	42	20	45	8	19	5	2	0	0
Lugo	12	4	54	15	24	1	1	0	0
Ourense	11	9	50	13	21	5	1	1	0
Pontevedra	35	22	40	12	18	4	3	0	0

Fonte: INE, Eurostat, base de dados Newcronos.

Quadro 20. Abandono Escolar precoce sem continuação de Ensino ou formação, em 2001 (%)

	Total	Homens	Mulheres
EU 15	19,4	21,9	16,8
Espanha	28,6	34,9	22,2
Portugal	45,2	52,3	38

Fonte: Comissão Europeia, A situação social na União Europeia – 2003.

Quadro 21. Jovens em situação de abandono escolar precoce, e sem continuação nos sistema de ensino ou formação (% de população com 18 a 24 anos)

	EU 15	Espanha	Portugal
2001	19	29	45

Fonte: Comissão Europeia, A situação social na União Europeia – 2003.

Quadro 22. Participação em actividades educativas e em acções de formação (25-64 anos) (%)

	Total	Homens	Mulheres
UE 25	9	8,3	9,7
UE 15	9,7	8,9	10,5
Espanha	5,8	5,3	6,3
Portugal	3,7	3,4	4

Fonte: Eurostat, Population et conditions sociales, 2003.

Quadro 23. População que tem pelos menos o nível de formação 3-4 (25-64 anos) (%)

	Total	Homens	Mulheres
UE 25	66,4	68,8	64
UE 15	63,4	65,9	60,8
Espanha	42,7	43,3	42,2
Portugal	22,2	20,4	23,9

Fonte: Eurostat, Population et conditions sociales, 2003.

Quadro 24 - População de 18-24 anos, por tipo de actividade em 2001 (%)

	EU 15	Espanha	Portugal
No ensino e com emprego	16	7	7
No ensino e sem emprego	36	45	36
Fora do ensino e com emprego	34	36	48
Fora do ensino e sem emprego	14	13	10

Fonte: Comissão Europeia, A situação social na União Europeia, 2003.

Quadro 25. Aprendizagem ao longo da vida, em 2001 (%)

	Total	Homens	Mulheres
EU-15	8,4	7,9	8,9
Espanha	4,9	4,3	5,5
Portugal	3,3	3	3,7

Fonte: Comissão Europeia, A situação social na União Europeia, 2003.

Anexo III

Quadro 1. Distribuição dos Pelouros na Cidade de Pontevedra em 2004.

Pelouros na Cidade de Pontevedra em 2004
Apoio à educação Pré-escolar Serviço de Educação; Concelleria da Cultura; Serviço de Prevenção das Toxicodependências (Área do Bem-estar social); Instituto Municipal de Desportos.
Apoio à Educação Básica do 1º ciclo Serviço de Educação; Concelleria da Cultura; Serviço de Prevenção das Toxicodependências (Área do Bem-estar social); Instituto Municipal de Desportos; Serviço de Juventude (Área de Bem-estar social).
Apoio à Educação Básica do 2º e 3º ciclos Serviço de Educação; Concelleria da Cultura; Serviço de Prevenção das Toxicodependências (Área do Bem-estar social); Instituto Municipal de Desportos; Serviço de Juventude (Área de Bem-estar social); Polícia local
Apoio à Educação do Ensino Secundário Serviço de Educação; Concelleria da Cultura; Serviço de Prevenção das Toxicodependências (Área do Bem-estar social); Instituto Municipal de Desportos.
Apoio à formação profissional Agência de Desenvolvimento local; Plano galego de Inclusão social (Área do Bem-estar social).
Ocupação dos Tempos livres Concelleria da Cultura; Serviço de Juventude (Área de Bem-estar social).
Combate à info-exclusão Serviço de Educação; Concelleria da Cultura; Serviço de Juventude (Área de Bem-estar social); Plano galego de Inclusão social
Apoio a crianças/jovens com necessidades especiais Plano galego de Inclusão social.

Fonte: Inquérito sobre Promoção da Educação nas Cidades do Eixo Atlântico (Setembro a Novembro 2004)

Quadro 2. Síntese das principais instituições com as quais as Cidades do Eixo Atlântico têm parcerias.

Pelouros	Norte de Portugal	Galiza
Educação Pré-escolar	Agrupamentos de escolas Juntas de Freguesia DREN Instituto Piaget Obra P ^a Luís FEDAPAGAIA (?) IEFP PRODEP	Javier Villalonga Concessionários de gestão Associações de Pais Pelouros da Família e da Educação Instituições Autónomas (Xunta da Galiza)
Educação Básica do 1 ^o ciclo	Agrupamentos de escolas DREN PSP ARS CCRN Instituto da Droga e Toxicodependência	Técnico de Educação, Juventude, Turismo e Desenvolvimento Área Municipal da Cultura Área Municipal de bem-estar social Pelouro da Educação Concessionários de gestão Associações de Pais Pelouro da Família Centros Escolares Colaboradores na criação e desenvolvimento de programas educativos
Educação Básica do 2 ^o e 3 ^o ciclos		Área Municipal da Cultura Área Municipal de bem-estar social Pelouro da Educação Centros Escolares Colaboradores na criação e desenvolvimento de programas de emprego
Educação do Ensino Secundário		Área Municipal da Cultura Área Municipal de bem-estar social Pelouro da Educação Centros Escolares Colaboradores na criação e desenvolvimento de programas educativos
Formação profissional		Área Municipal da Cultura Área Municipal de bem-estar social Pelouro da Educação Centros Escolares Colaboradores na criação e desenvolvimento de programas de emprego
Ocupação dos Tempos livres	FEDAPAGAIA (?) Associação de Pais IEFP	Área Municipal da Cultura Área Municipal de bem-estar social Pelouro da Educação Centros Escolares Colaboradores na criação e desenvolvimento de programas educativos
Combate à info-exclusão	DREN PRODEP Juntas de Freguesia Santa Casa da Misericórdia	Área Municipal da Cultura Área Municipal de bem-estar social Pelouro da Educação Centros Escolares Colaboradores na criação e desenvolvimento de programas de emprego/educativos Usuários dos programas
Apoio a crianças/ jovens com necessidades especiais	Agrupamentos de escolas Juntas de Freguesia DREN	Área Municipal da Cultura Área Municipal de bem-estar social Pelouro da Educação Pelouro da Família, Cultura e Desporto Associações de pais Centros Escolares Colaboradores na criação e desenvolvimento de programas de emprego/educativos Associações específicas dedicadas a estes colectivos
Outras	Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em risco	Área Municipal de bem-estar social Pelouro da Educação Usuários dos programas

Fonte: Inquérito sobre Promoção da Educação nas Cidades do Eixo Atlântico (Setembro a Novembro 2004)